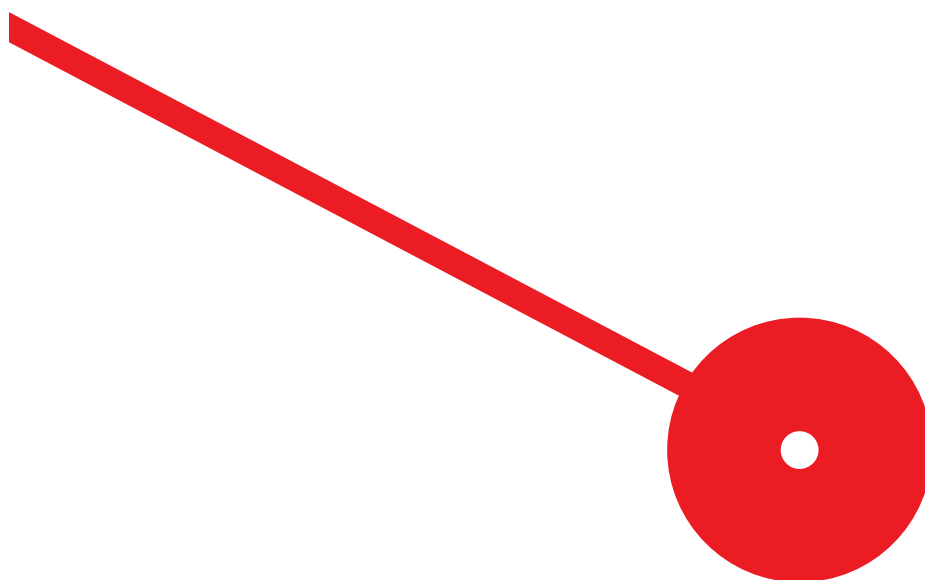




## O papel do controlo interno na prevenção / deteção da fraude

Renata Sofia Araújo Cerqueira

10/2019







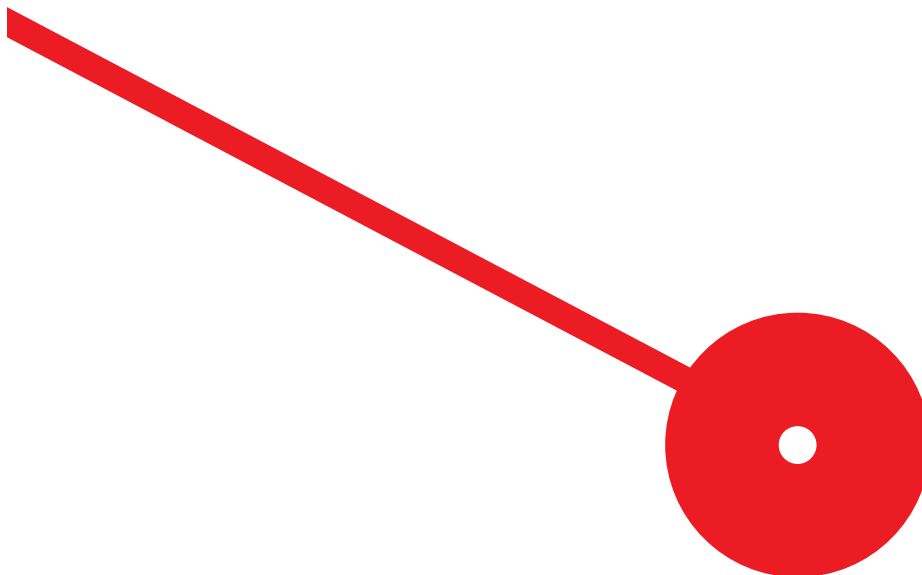
# O papel do controlo interno na prevenção / deteção da fraude

Renata Sofia Araújo Cerqueira

## Dissertação

apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração  
do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob  
orientação da Professora Doutora Alcina Dias.

Versão final com alterações sugeridas pelo júri



## **Agradecimentos**

Deixo o meu especial agradecimento à minha orientadora, Doutora Alcina Portugal, por todas as vezes que me ajudou a encontrar a direção a seguir, por responder a todas as minhas dúvidas de forma clara e rápida, e pelo suporte nesta fase de maior pressão.

Quero agradecer também à minha mãe, por representar a força e a determinação, e ao meu pai por ser imagem de suporte e apoio incondicional.

Aos meus avós, por todo o apoio e amor demonstrado, e aos meus padrinhos por representarem um exemplo a seguir, e por nunca duvidarem de mim.

Agradeço também ao Jorge, pelo carinho, por toda a ajuda dispensada, e essencialmente por nunca me ter deixado desistir.

Por último, e não menos importante, agradeço às empresas que participaram na elaboração do caso prático, sendo elas a Inês Pereira Cabeleireiros, os Talhos Casal, a Eliconfort e a Indulatex.

A todos, o meu sincero agradecimento.

## **Resumo**

A presente dissertação, apresentada com o intuito de obtenção de grau de mestre em auditoria, foi elaborado com base num dos temas que mais temos presente ao longo do presente curso, o controlo interno.

Ao longo da presente dissertação, iremos abordar temas relevantes associados ao controlo interno, dando evidentemente maior ênfase a este em toda a sua envolvente. Contudo, iremos também abordar temas adjacentes e cuja menção é igualmente importante, como o que é a auditoria, como surgiu e os tipos existentes.

Além destes, não esquecemos também a definição de fraude e quais os tipos de fraude existentes.

Esta dissertação irá terminar com a aplicação prática dos conceitos estudados através de um caso prático que irá ser efetuado com base na entrevista a 4 empresas distintas com o objetivo de avaliar os controlos existentes ou não.

**Palavras chave: Controlo Interno, Auditoria Interna, Auditoria Externa, Procedimentos de Auditoria e Fraude**

## **Abstract**

This dissertation, presented with the intention of obtaining a master's degree in audit, was elaborated based on one of the themes that we have more times present during this course, that theme was internal control.

During this dissertation, we will mention relevant issues associated with internal control, giving greater emphasis to it in all its surroundings. However, we will also mention adjacent issues and mention equally important, such as what audit is, how it came about, and what types exist.

In addition to these, we also don't forget the definition of fraud and what types of fraud exist.

This dissertation will end with the practical application of the concepts studied through a practical case that will be carried out based on the interview to 4 different companies with the purpose of evaluating the existing controls or not.

**Key words: Internal Control, Internal Audit, External Audit, Audit Procedures and Fraud**

# Índice Geral

|                                                           |          |
|-----------------------------------------------------------|----------|
| <b>Introdução .....</b>                                   | <b>1</b> |
| <b>Capítulo I – [Revisão da Literatura] .....</b>         | <b>4</b> |
| 1.1    A auditoria ao nível mundial: conceito .....       | 5        |
| 1.2    Tipologias de Auditoria.....                       | 6        |
| 1.2.1    Auditoria Interna.....                           | 6        |
| 1.2.2    Auditoria Externa.....                           | 8        |
| 1.2.3    Auditoria Interna versus Auditoria Externa.....  | 9        |
| 1.3    Auditoria e os riscos de auditoria.....            | 11       |
| 1.4    O valor da ética na profissão .....                | 14       |
| 1.5    Planeamento de Auditoria .....                     | 16       |
| 1.6    Processo de Auditoria.....                         | 16       |
| 1.7    Procedimentos de Auditoria .....                   | 17       |
| 1.8    Classificação dos procedimentos de auditoria ..... | 20       |
| 1.9    Prova de Auditoria .....                           | 21       |
| 1.10    Materialidade.....                                | 23       |
| 1.11    A Fraude.....                                     | 25       |
| 1.11.1    Conceito .....                                  | 25       |
| 1.11.2    Tipos de Fraude .....                           | 26       |
| 1.11.2.1    Fraude contra indivíduos .....                | 26       |
| 1.11.2.2    Fraude Externa .....                          | 27       |
| 1.11.2.3    Fraude Interna .....                          | 27       |
| 1.12    O Triângulo da Fraude .....                       | 28       |
| 1.13    Controlo Interno .....                            | 30       |
| 1.13.1    Definição.....                                  | 30       |
| 1.13.2    Princípios do Controlo Interno .....            | 32       |
| 1.13.3    Tipos de Controlo Interno.....                  | 34       |

|                                         |                                                             |           |
|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-----------|
| 1.13.4                                  | Métodos de Controlo Interno .....                           | 35        |
| 1.13.5                                  | Componentes do Controlo Interno.....                        | 35        |
| 1.13.6                                  | O Controlo Interno numa ótica de continuidade.....          | 37        |
| 1.13.7                                  | A relação entre o Controlo Interno e a Gestão de Topo ..... | 38        |
| 1.13.8                                  | Atividades de controlo .....                                | 40        |
| <b>Capítulo II – Metodologia.....</b>   |                                                             | <b>49</b> |
| 2                                       | Introdução.....                                             | 50        |
| 2.1                                     | Metodologia Quantitativa.....                               | 50        |
| 2.2                                     | Metodologia Qualitativa.....                                | 51        |
| 2.3                                     | Metodologia Mista .....                                     | 51        |
| 2.4                                     | Metodologia escolhida .....                                 | 52        |
| 2.5                                     | Criação de asserções.....                                   | 53        |
| 2.5.1                                   | Questões envolvidas na Asserção 1 .....                     | 54        |
| 2.5.2                                   | Questões envolvidas na Asserção 2 .....                     | 55        |
| 2.5.3                                   | Questões envolvidas na Asserção 3 .....                     | 56        |
| 2.6                                     | Interligação das Asserções .....                            | 57        |
| <b>Capítulo III – Caso Prático.....</b> |                                                             | <b>59</b> |
| 3                                       | Introdução.....                                             | 60        |
| 3.1                                     | Apresentação das empresas a estudar.....                    | 61        |
| 3.1.1                                   | Inês Pereira Cabeleireiros .....                            | 61        |
| 3.1.2                                   | Talhos Casal.....                                           | 61        |
| 3.1.3                                   | Eliconfort .....                                            | 62        |
| 3.1.4                                   | Indulutex .....                                             | 62        |
| 3.2                                     | Apresentação dos resultados das entrevistas .....           | 63        |
| 3.3                                     | Questões de investigação e asserções.....                   | 71        |
| 3.4                                     | Análise dos resultados .....                                | 72        |
| <b>Conclusão .....</b>                  |                                                             | <b>75</b> |



|                                        |           |
|----------------------------------------|-----------|
| <b>Referências bibliográficas.....</b> | <b>79</b> |
| <b>Apêndices.....</b>                  | <b>83</b> |

## Índice de Figuras

|                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1: Tipos de Risco.....                                             | 11 |
| Figura 2: Riscos (COSTA, 2010) .....                                      | 13 |
| Figura 3: Classificação dos Procedimentos de Auditoria.....               | 20 |
| Figura 4: Tipos de Fraude.....                                            | 26 |
| Figura 5: Triângulo da Fraude (D. Cressey, 1953 p. 30).....               | 28 |
| Figura 6: Tipos de Controlo Interno .....                                 | 34 |
| Figura 7: Métodos de Controlo Interno .....                               | 35 |
| Figura 8: Componentes do Controlo Interno segundo COSO (COSO, 2017) ..... | 36 |
| Figura 9: Segregação de Funções (Boynton et al., 2002).....               | 41 |
| Figura 10: Controlos de Aplicações .....                                  | 44 |
| Figura 11: Interligação das Aserções .....                                | 57 |

## Índice de Tabelas

|                                                                     |    |
|---------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1: Asserções .....                                           | 53 |
| Tabela 2: Resultados Afirmação 1 .....                              | 63 |
| Tabela 3: Resultados Afirmação 2 .....                              | 63 |
| Tabela 4: Resultados Afirmação 3 .....                              | 64 |
| Tabela 5: Resultados Afirmação 4 .....                              | 64 |
| Tabela 6: Resultados Afirmação 5 .....                              | 65 |
| Tabela 7: Resultados Afirmação 6 .....                              | 66 |
| Tabela 8: Resultados Afirmação 7 .....                              | 66 |
| Tabela 9: Resultados Afirmação 8 .....                              | 67 |
| Tabela 10: Resultados Afirmação 9 .....                             | 68 |
| Tabela 11: Resultados Afirmação 10 .....                            | 68 |
| Tabela 12: Resultados Afirmação 11 .....                            | 69 |
| Tabela 13: Resultados Afirmação 12 .....                            | 70 |
| Tabela 14: Resumo Valorização de Asserções .....                    | 71 |
| Tabela 15: Valorização das questões de investigação .....           | 72 |
| Tabela 16: Relação das Asserções com Questões de Investigação ..... | 72 |
| Tabela 17: Validação do Modelo de Análise .....                     | 73 |

## **Lista de abreviaturas**

ACFE- Association of Certified Fraud Examiners

AICPA-American Institute of Certified Public Accountants, Inc.

COSO-Commiteec of Sponsoring Organizations of the Treadwaycommission

DRA-Diretriz de Revisão/Auditoria

FASB-Financial Accountig Standards Board

IASB-International Accounting Standards Board

IFAC- International Federation of Accountants

IIA-Institute of Internal Auditors

IPAD-Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

ISA-International Standards on Auditing

IVA-Imposto sobre o Valor Acrescentado

OROC-Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

ROC-Revisor Oficial de Contas

SAP- Statement on Auditing Procedure



Através da presente dissertação, no âmbito dos requisitos predispostos para a obtenção do grau de Mestre no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, é nosso objetivo clarificar o tema do controlo interno e os procedimentos de controlo possíveis de adotar, no âmbito da deteção e prevenção do ato da fraude.

Além do tema supramencionado, serão também abordados os conceitos de auditoria interna e externa e o conceito de fraude.

O mencionar e explicar a definição dos temas acima referidos diz respeito a como devem ser implementados e geridos estes com o objetivo de obtenção dos mais diversos objetivos dentro de uma organização. Para análise e maior entendimento deste tema, irão ser mencionadas e comentadas ideias e menções que autores relevantes nesta matéria escreveram.

Pretende-se abordar o tema do controlo interno no contexto global e o impacto que este tem no desenvolvimento, crescimento e expansão (ou não) de uma organização. Além disto, é também objetivo da presente dissertação o esclarecimento do tema da auditoria e da fraude e de como estes dois conceitos podem e devem servir de base para uma sólida estrutura organizacional de modo a prevenir atos fraudulentos.

Ao longo da presente dissertação, mais exatamente no capítulo I irão ser abordados os conceitos que se consideraram serem cruciais à explicação, e consequente estudo do tema em análise, sendo eles, o conceito de auditoria, auditoria interna e externa, o controlo interno, a fraude, os tipos de fraude existentes, o triângulo da fraude, entre outros. De notar que, não sendo possível esgotar os temas chave que foram abordados, considerou-se importante realçar o tema do controlo interno da forma mais extensa que nos foi possível, visto ser este o foco do projeto.

Além da exposição e clarificação dos conceitos essenciais à abordagem do tema, irá também ser abordada a importância da existência, implementação e constante supervisão/atualização da auditoria interna, quer ao nível de Portugal, quer ao nível mundial.

Para finalizar, e por forma a consolidar os conceitos apresentados ao longo da presente dissertação, irão ser analisadas duas diferentes áreas em que é possível implementar procedimentos de controlo interno, clarificando estes com base em sugestões de literatura. Estes serão os procedimentos de controlo interno nos inventários e nas disponibilidades.

Após esta introdução teórica ao vasto tema que são os procedimentos de controlo interno, serão estudados, os controlos internos em quatro organizações escolhidas contêm, relativamente às duas áreas supramencionadas. Para este estudo, revelamos no ponto quatro do capítulo II quais os parâmetros de análise considerados para este estudo.

Para concluir, apontar-se-á como são efetuados esses procedimentos dentro de cada organização e estabelecer-se-á um ponto de comentário em que, com base no conhecimento retirado da presente obra, avaliar-se-á quais as falhas presentes nos procedimentos de controlo interno implementados por estas entidades e quais poderiam ser os aspetos de melhoria.

Posto o acima referido, a presente dissertação seguirá a seguinte estrutura, em primeiro lugar irá ser abordado o conceito de auditoria e explicados os tipos de auditoria existentes, o que é a fraude e sobre que formas esta poder-se-á apresentar, o conceito de controlo interno numa ótica mais alargada, e concluir-se-á com a apresentação de um caso prático relativo ao tema apresentado.

## **CAPÍTULO I – [REVISÃO DA LITERATURA]**

---



## 1.1 A auditoria ao nível mundial: conceito

De acordo com Gonçalves, (2008, p. 25):

“Do ponto de vista conceptual, de acordo com diferentes autores, nas últimas décadas, as principais metodologias adotadas pelos auditores podem ser designadas do seguinte modo:

- Auditoria baseada nos controlos (*Control-based Audit*) – ao longo de toda a evolução;
- Auditoria baseada nos processos (*Process-based Audit*) – entre a década de 80 até ao presente;
- Auditoria baseada no risco (*Risk-based Audit*) – entre a década de 90 até ao presente; e
- Auditoria e os conceitos de Gestão do Risco Empresarial (*Enterprise Risk Management*) – desde 2001 até ao presente”.

Este autor retrata em 3 metodologias diferentes existentes até ao ano de 2004, aquele que é o conceito de auditoria, (Gonçalves 2008, p.30-31), sendo elas:

“Numa fase inicial, auditoria baseada nos controlos, o que estava em causa consistia, essencialmente, em garantir o cumprimento da legislação e regulamentos aplicáveis: normativos contabilísticos, fiscais e sectoriais;

Numa segunda fase, auditoria baseada nos processos em que a ênfase era dada aos controlos operacionais relevantes em cada processo crítico de negócio, e

Numa terceira fase, auditoria baseada no risco, o auditor assume a responsabilidade de deter conhecimento da entidade e do seu negócio, assim como, do seu sistema de controlo interno.

Contudo, nesta terceira fase, estamos ainda longe das metodologias mais recentes. De acordo com o conceito da auditoria baseada no risco o auditor, de acordo com o referencial do controlo interno do *COSO-Committee of Sponsoring Organizations of the Treadwaycommission* de 1992, apenas deveria possuir um

conhecimento da entidade e do seu negócio assim como do seu sistema de controlo

interno de modo a poder planear o seu trabalho, considerando como um aspeto importante, a atitude do auditor relativamente às fraudes, na medida em que se assumia que o trabalho de auditoria não estaria vocacionado para a identificação de fraudes, devendo o auditor comunicar essas situações caso as mesmas fossem identificadas.

A abordagem da auditoria baseada no risco veio revelar-se, contudo, insuficiente no final da década de noventa do último século, tendo o COSO desenvolvido a estrutura conceptual do processo de gestão do risco empresarial.

*(Enterprise Risk Management).*

Por sua vez, pronuncia-se o autor Attie (1998, p.25) sobre auditoria da seguinte forma: “uma especialização contabilística voltada para testar a eficiência e eficácia do controlo patrimonial implementado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado. O exame de auditoria engloba a verificação documental, de livros e registos com características controladoras, e a obtenção de evidências de informações de carácter interno ou externo que se relacionam com o controlo patrimonial.”

## **1.2 Tipologias de Auditoria**

### **1.2.1 Auditoria Interna**

Segundo Attie (1992, p. 28), a auditora interna “É função independente de avaliação criada dentro da empresa para examinar e avaliar as suas atividades como um serviço a essa mesma organização”.

Para Crepaldi, (2013, p. 65) esta “constitui o conjunto de procedimentos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controlos internos e das informações físicas contabilísticas, financeiras e operacionais da entidade. A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a supervisionar as operações, como um serviço prestado à administração.”

Segundo Martins e Moraes (1999) “A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, sugestões e informações, relativas às atividades examinadas, incluindo a promoção do controlo eficaz a um custo razoável. O auditor interno deve revelar as

fraquezas, determinar as causas, avaliar as consequências e encontrar uma solução de modo a convencer os responsáveis a agir”.

A auditoria interna é a definição de uma atividade de caráter independente que apresenta garantia e consultoria a uma organização, com o objetivo de aumentar o valor desta e melhorar a sua performance aos diversos níveis em que esta opera.

É função da auditoria interna encontrar as falhas, lacunas e erros existentes na organização que possam pôr em causa, diminuir ou tornar ineficaz ou ineficiente, o desenvolvimento da organização e, desta forma, comprometer a obtenção ou alcance dos objetivos da mesma.

É competência da auditoria interna avaliar todas as atividades existentes dentro de uma organização com o intuito de melhorar, de forma constante e disciplinada, o desempenho desta na obtenção dos seus resultados e/ou objetivos.

O papel da auditoria interna é o de avaliar as operações executadas, aos vários níveis, e identificar os possíveis pontos de melhoria. Além disto, deverá acompanhar a sua análise com um plano de ataque aos mesmos. Após isto, deverá operar juntamente com a gestão de topo na medida de implementar as ações necessárias à execução do plano de ação definido pelo departamento de auditoria interna.

De notar que a auditoria interna é aquela que é efetuada a partir do interior da organização, isto é, é definida por um departamento específico efetivamente existente dentro da organização. Apesar disto, deverá ser o máximo distante possível dos restantes departamentos por forma a evitar conflitos de interesse, ainda que este opere com base nos objetivos e ideais da organização de topo.

Poderá dizer-se então que a auditoria interna, embora deva atuar de forma objetiva e independente, acaba por ser um auxílio na tomada de decisão por parte da gestão de topo, na medida em que o seu objetivo é o concretizar dos objetivos da organização.

Com base nesta definição, a par da grande evolução dos mercados e tecnologias, é plausível dizer-se que esta apresenta uma elevada importância relativamente à sua existência, inserida dentro de um departamento especialista e competente na área da auditoria interna.

Por sua vez, o IPAD-Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2009, p.6) estabelece que “auditoria interna assume a função primordial de supervisão da gestão de

risco, dos controlos e dos processos de governação. É uma atividade de grande importância estratégica que contribui diretamente para o fortalecimento da gestão organizacional.”

Esta define ainda o que é no seu entender o auditor interno (p.9): “O auditor interno atua como “o radar” da direção, verificando o controlo das operações de forma profunda e pormenorizada. As suas análises e recomendações são uma ajuda valiosa para a direção e para os dirigentes de cada área específica, com o objetivo de promover um controlo mais eficaz, melhorar a operacionalidade e acrescentar valor”.

### **1.2.2 Auditoria Externa**

“É aquela realizada por um profissional liberal, um auditor independente, sem vínculo de empregado com a entidade auditada, e que poderá ser contratado para auditoria permanente ou eventual”, Franco (1982, p. 174).

“Auditoria externa é uma das técnicas utilizadas pela contabilidade, ou seja, aquela destinada a examinar a escrituração e demonstrações contabilísticas, a fim de confirmar a sua adequação”, Jund (2007, p.26).

Para Crepaldi (2013, p.74) a auditoria externa “Constitui o conjunto de procedimentos técnicos que têm por objetivo a emissão de um parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do Património Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado da entidade auditada consoante as normas de contabilidade.”

De acordo com a IFAC-*International Federation of Accountants*, auditoria externa é “(...) uma verificação ou exame feito por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objetivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade”.

Ao contrário da auditoria interna, a auditoria externa define-se como sendo uma atividade independente dos objetivos e ideais das organizações nas quais operam. Isto é, ainda que a auditoria externa tenha como objetivo o avaliar do correto desempenho das atividades de uma organização, esta não é executada com o objetivo de ajudar a organização a atingir qualquer que seja o seu objetivo.

A auditoria externa é, assim, também conhecida como auditoria independente, na medida em que é executada sem qualquer vínculo de compromisso ou dever perante a organização.

Esta é executada com o objetivo de avaliar de forma clara, objetiva e, essencialmente, independente, a posição das demonstrações financeiras de uma organização.

No decorrer de uma auditoria externa, são recolhidos e analisados dados sobre as rubricas mais pertinentes das demonstrações financeiras e, posteriormente, é emitido um relatório com a opinião dos auditores externos face a essa análise.

Desta forma, podemos dizer que é objetivo da auditoria externa, o analisar dos processos, procedimentos, ações, e efeitos dos mesmos, nos reportes contabilísticos de uma organização, emitindo uma opinião fundamentada sobre os acontecimentos verificados, analisados e comprovados.

### **1.2.3 Auditoria Interna versus Auditoria Externa**

Segundo Silva, A.C. e Inácio, H.C. (2013, p. 135-146) “A auditoria interna pode tornar-se uma ferramenta muito útil para a auditoria externa uma vez que ao optar por utilizar o trabalho que o auditor interno desenvolve ao longo do ano, o auditor externo poderá efetuar um bom aproveitamento do conhecimento que aquele possui da empresa em questão, reduzir a realização de determinados procedimentos de auditoria, assim como, o tempo despendido.”

Na verdade, quase que podemos considerar a auditoria interna uma ferramenta de introdução ao início do trabalho do auditor externo, isto pois, o simples facto de existirem procedimentos de auditoria interna inseridos e instaurados numa determinada organização, já indicia algum cuidado por parte da gestão nos conhecimentos e controlos desta temática.

Claro que é preciso sempre ter em conta que o facto de existir um departamento de auditoria ou de se verificarem indícios de práticas de auditoria interna no quotidiano de determina entidade, não pode, o auditor externo, apenas e só com base nisso, ser menos cauteloso.

Na realidade, e apesar de este ter a oportunidade de usar determinados trabalhos e análises do auditor interno, estes devem apenas servir como base, isto é, como um meio para ele próprio proceder aos seus trabalhos e análises, e nunca como um fim, isto é, como uma análise já efetuada e sem necessidade de replicar.

Arruda, D. G., Araújo, I. P. S. (p.31-32, 2017) diz que “os objetivos do auditor externo ou independente, quando a função de auditoria interna for considerada relevante, são: a) determinar se e em que extensão deve utilizar um trabalho específico dos auditores internos e b) se utilizar esse trabalho, determinar se ele é adequado para os fins da auditoria.

Para determinar se é provável que o trabalho dos auditores internos seja adequado para os fins de auditoria, o auditor externo ou independente deve avaliar:

- A objetividade da função da auditoria interna;
- A competência técnica dos auditores internos;
- Se é provável que o trabalho dos auditores internos seja realizado com o devido zelo profissional; e
- Se é provável que haja comunicação eficaz entre os auditores internos e o auditor.”

Ainda que o auditor externo esteja perante evidências de que os trabalhos do auditor interno sejam corretos, verídicos e eficazes quanto à sua atuação, deve o auditor externo exercer, ainda assim, os seus próprios testes e exames.

Desta forma, na eventualidade de existir efetivamente um departamento de controlo interno implementado na organização alvo de auditoria externa, é necessário compreender que, ainda assim, podemos estar perante dois tipos de situações:

- O auditor externo conclui que os trabalhos do auditor interno são coesos, corretos e eficazes: nesta situação, é aconselhável ao auditor externo que estude os trabalhos do auditor interno por forma a retirar o máximo de informação que lhe possa servir de base às suas próprias análises e trabalhos.

Ainda assim, é da máxima importância que a utilização dos papéis de trabalho do auditor interno seja meramente informativa e que sirva apenas e só de base para a elaboração dos trabalhos por parte do auditor externo.

- O auditor externo determina que existem falhas de elevado impacto nos trabalhos exercidos pelo auditor interno: nesta situação, o auditor externo não deverá basear-se nos trabalhos e conclusões do auditor interno pois determinou que os mesmos não estavam corretos e completos.

Numa outra perspetiva, ao avaliar e identificar os erros existentes nos trabalhos do auditor interno, o auditor externo encontra a oportunidade de, ao observar esses mesmos erros, falhas ou omissões, e tirar partido destes, baseando a sua própria intervenção (ou planeamento) tendo como ponto de partida esses erros detetados.

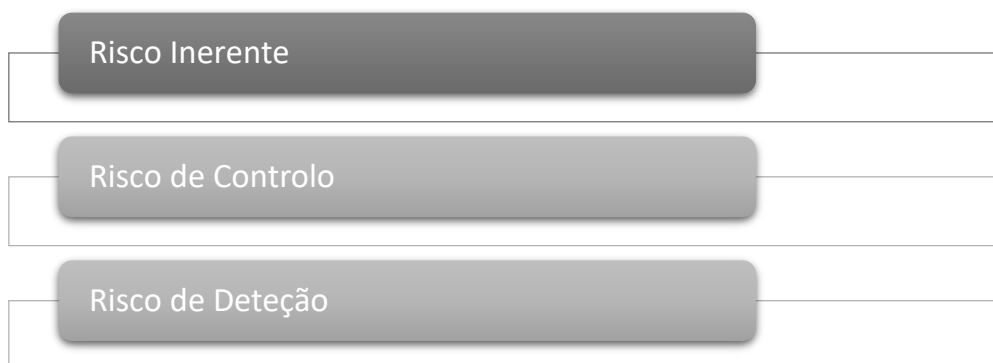
### 1.3 Auditoria e os riscos de auditoria

Diretamente ligado ao conceito de auditoria e às suas diferentes tipologias, encontra-se aquele que é o obstáculo do auditor, isto é, o risco de auditoria.

O risco de auditoria traduz-se na possibilidade de o auditor emitir uma opinião errada, face às demonstrações financeiras anuais a que está comprometido a emitir opinião.

Segundo Boynton et al. (2002, p.291) o risco de auditoria é o risco de que o auditor possa inadvertidamente não modificar adequadamente o seu parecer sobre as demonstrações contabilísticas que contenham erros ou classificações indevidas materialmente relevantes.

O conceito de risco de auditoria é explicado subdividindo este em 3 tipos, sendo eles:



*Figura 1: Tipos de Risco*

#### Risco Inerente:

O risco inerente é, para Boynton et al. (2002, p.293) este risco “é a suscetibilidade de uma afirmação a um erro ou classificação indevida material, supondo que não hajam controlos”.

O risco inerente é aquele que está associado a uma posição diretamente relacionada com a gestão. Isto é, representa o risco de se verificarem distorções materialmente relevantes decorrentes de ações da gestão.

Por outras palavras, é aquele que decorre de diversos fatores como a pressão imposta pelos objetivos a cumprir, pela experiência da gestão de topo, pela natureza do negócio e das transações, pela integridade da gestão de topo, complexidade das transações, entre outros.

Quando nos referimos ao risco inerente, estamos a referir-nos a distorções relevantes que podem comprometer a atividade e o negócio da entidade.

- Risco de Controlo:

O risco de controlo, para os autores acima mencionados (2002, p.295) traduz-se na definição: “é o risco de que um erro ou classificação indevida de materiais que possam constar de uma afirmação não sejam evitados ou detetados tempestivamente pelos controlos internos da entidade”.

Este tipo de risco está interligado com a ineficácia dos sistemas de controlo interno existentes numa determinada organização, isto é, decorrentes da não deteção ou do não evitar de determinadas falhas ou distorções.

Este, está relacionado com o input que o departamento de controlo interno fornece à entidade em questão. Por outras palavras, este risco está associado ao facto de os controlos praticados poderem ser, ou não, eficazes e eficientes. Isto é, trata-se do risco possível existente de os controlos praticados não estarem a ser eficazes ou de existirem efetivamente.

Posto o acima mencionado, podemos verificar a existência deste risco quando se verifica a inexistência de controlo interno (ou inexistência de um adequado à realidade da entidade), ou quando na cultura organizacional se verificam comportamentos propícios a erros e falhas.

Por sua vez, mencionam os autores referidos (2002, p.297) que o risco de deteção “é o risco de que o auditor não detete um erro ou classificação indevida relevante que existe em uma afirmação”.



- Risco de Detecção:

O risco de detecção está relacionado não com a entidade auditada, mas sim com o auditor e com a qualidade do seu trabalho, isto é, representa o risco de ocorrerem distorções materialmente relevantes não detetadas pelo auditor.

Este tipo de risco está associado à experiência do auditor, ao seu nível de supervisão, à natureza dos testes efetuados por este e também da extensão e profundidade do seu trabalho.

Dito de outra forma, este risco diz respeito não só à qualidade do auditor interno, mas também à eficiência e eficácia dos controlos implementados por este dentro da organização. Este tipo de risco está relacionado com a possibilidade de, apesar de existirem controlos implementados, estes não serem suficientes ou os mais corretos para o tipo de entidade, de negócio ou atividade.

Os 3 tipos de risco acima descritos, relacionados entre si, constituem o chamado risco de auditoria.

Através da imagem abaixo, pode verificar-se em que medida os 3 tipos de risco relacionados, dão origem ao risco de auditoria.

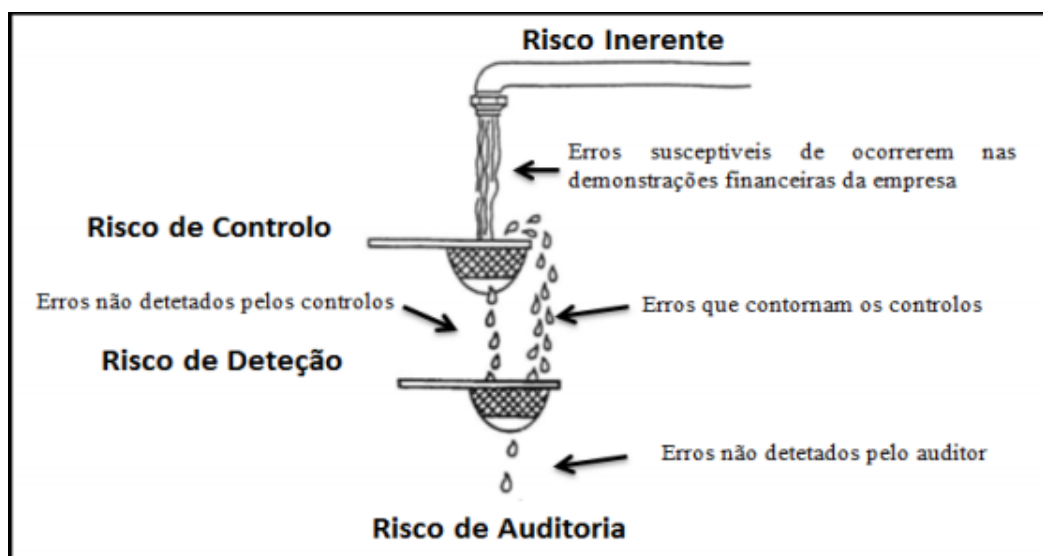


Figura 2: Riscos (COSTA, 2010)

## 1.4 O valor da ética na profissão

“Ética provém da palavra grega *ethos*, que significa “caráter”. Outro nome para ética é moralidade, que se origina de *mores*, palavra latina que significa “costume”. Moralidade refere-se ao que é “certo” e “errado” no comportamento humano. Assim, ética lida com questões que tratam da interação entre pessoas” Boynton et al. (2002, p.102).

“Nos últimos 10 anos, vários escândalos corporativos chegaram à opinião pública associando a falência de grandes entidades à fraca qualidade da auditoria sobre as contas dessas entidades. Em muitos casos, os auditores foram acusados, não por não cumprirem as normas técnicas de auditoria, mas sim por não terem cumprido os padrões éticos” – Figueiredo (2013, p.9) em Revista Revisores e Auditores.

Como em todas as ações que tomamos no nosso dia-a-dia, na profissão de auditor está implícita também a ética profissional. Esta visa criar condições para que os auditores tomem ações voluntárias e conscientes no sentido da prática do bem.

Neste seguimento, podemos encontrar o tema da ética profissional aprofundado por Boynton et al. (2002, p.102) “O conceito de ética profissional precisa ir além de princípios morais; deve incluir normas de comportamento que tenham finalidades tanto práticas como “idealísticas” que o profissional possa utilizar. Embora possam ser concebidos para encorajar comportamento ideal, códigos de ética profissional devem ser simultaneamente realistas e aplicáveis. Para que façam sentido, devem estar acima da lei, mas abaixo do ideal.”.

Assim, prevê o código de Ética e Deontologia Profissional dos ROC-Revisores Oficiais de Contas (aprovado em setembro de 2011) que:

“No exercício das suas funções de interesse público, os auditores devem observar e cumprir o novo Código de Ética que define os princípios éticos fundamentais aplicáveis e apresenta uma estrutura conceptual para os implementar com o objetivo de:

- a) identificar ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais;
- b) avaliar a importância das ameaças identificadas; e
- c) aplicar as salvaguardas necessárias, para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável” – Código OROC (p.2)

A diversidade das operações a que está obrigado o auditor, no decorrer do exercício das suas funções, torna difícil a percepção ou enumeração das situações em que a ética de um auditor pode estar em causa. Desta forma, o código estabelece uma estrutura conceptual que exige que este identifique, avalie e responda de forma adequada às mais diversas ameaças que possam surgir no decorrer das suas funções.

É obrigação do auditor estabelecer controlos e procedimentos de auditoria que lhe permitam identificar as ameaças mais significativas (isto é, as que possam pôr em causa a sua prática profissional) e planear as ações necessárias ao combate das mesmas, na medida que lhe seja possível.

Se, por razões alheias ao auditor, este não consiga eliminar ou reduzir a um nível aceitável estas ameaças, este deve eliminar a circunstância ou relacionamento que cria as ameaças, recusar o trabalho ou renunciar o mandato.

O auditor, enquanto profissional, deve respeitar os princípios éticos mencionados no código e aplicá-los de forma inequívoca e clara no exercício das suas funções, sendo eles:

- Princípio da Integridade: o auditor deve ser direto e verdadeiro em todas as relações profissionais que assuma as suas responsabilidades por inteiro e deve respeitar as entidades com que se relacione, direta ou indiretamente;
- Princípio da Objetividade: o auditor não pode permitir faltas de isenção, conflitos de interesse ou influência indevida de terceiros que possam pôr em causa o seu juízo profissional;
- Competência de zelo profissional: o auditor deve manter e estimular o seu conhecimento e competência ao nível profissional por forma a garantir que o cliente recebe um serviço por si prestado com a maior qualidade e eficácia possível;
- Confidencialidade: o profissional está proibido de partilhar informação confidencial à qual tenha acesso no decorrer dos seus trabalhos.

O auditor não pode, em qualquer ocasião, usar informação privilegiada para obter vantagem a seu favor ou a favor de terceiros. A não ser, claro, que exista uma obrigação legal, profissional ou dever de divulgação que o permita.

Este princípio mantém-se obrigatório mesmo depois de o auditor deixar de exercer funções em determinado cliente.

- Comportamento profissional: o auditor deve cumprir as leis e regulamentos aplicáveis às suas funções.

Não deve também divulgar os serviços que presta nem a qualificação e experiência que detém de forma exagerada por forma a publicitar-se nem, tão pouco, comparar-se a outro profissional da área.

## **1.5 Planeamento de Auditoria**

Uma auditoria para que possa ser executada da forma mais eficaz e eficiente deverá ser alvo de um planeamento cuidado por parte do auditor.

A fase do planeamento da auditoria, traduz a preparação, identificação e idealização, por parte do auditor, do que deverá este fazer e como o deverá fazer.

É de notar ainda que, apesar de o planeamento representar uma fase inicial da atividade que é a auditoria, isto não quer dizer que o auditor, a maio da execução das suas funções, não possa alterar o planeamento executado por si no início dos trabalhos. Isto é, se o auditor, no executar das suas tarefas detetar um indício que deverá ser analisado e estudado, mas que por alguma razão não fazia parte do planeamento dos seus trabalhos, deverá este alterar o planeamento inicial por forma a adequar os seus trabalhos à realidade encontrada no exercer das suas funções.

## **1.6 Processo de Auditoria**

O objetivo primário de uma auditoria a demonstrações financeiras é o de expressar uma opinião fundamentada sobre se as mesmas se encontram de acordo com as normas contabilísticas, com a ética profissional, e se estão expostas de forma verdadeira e íntegra.

Deste forma, o processo de auditoria de uma forma geral passa por diversas fases, que segundo Boynton et al. (2002, p.172-173):

1. Obtenção do entendimento do negócio e da indústria: isto é, o auditor deve ter o conhecimento suficiente e adequado sobre o mercado em que o seu cliente opera;

2. Identificação de afirmações relevantes que constem nas demonstrações financeiras, isto é, o auditor deverá ser capaz de identificar quais as informações relevantes a avaliar na contabilidade;
3. Decisões sobre a relevância: o auditor deverá decidir qual a relevância a atribuir a cada componente das demonstrações financeiras;
4. Decisões sobre componentes do risco de auditoria: deverá, o auditor, avaliar e decidir sobre quais serão os componentes de risco associados ao caso concreto;
5. Obtenção de evidência mediante procedimentos de auditoria: deverão ser recolhidas todas as evidências;
6. Procedimentos para obtenção de entendimento dos controlos internos: o auditor deverá avaliar os controlos internos implementados, entender a sua forma de aplicação e avaliar a sua eficácia;
7. Teste de controlo: deverão ser testados os controlos relevantes implementados;
8. Testes substantivos: isto é, testes de procedimentos de revisão analítica, de detalhes de transações e de saldos.
9. Determinação de como as evidências constatadas serão utilizadas: deve o auditor avaliar como irá utilizar no procedimento de auditoria as evidências que constatou;
10. Comunicação aos usuários da demonstração contabilística mediante emissão de parecer e auditoria: o auditor deverá, no final da sua avaliação, emitir uma opinião fundamentada da imagem das demonstrações analisadas a todos os demais interessados;
11. Outras comunicações exigidas pela comissão de auditoria: o auditor deverá também comunicar outras informações relevantes que sejam exigidas pela comissão de auditoria;
12. Comunicação de descobertas associadas com outros serviços que agregam valor: se, na execução das suas funções, o auditor avaliar elementos de valor material relativos a outros serviços, deverá também comunicá-los.

## **1.7 Procedimentos de Auditoria**

Attie (1998, p.131) escreveu que “os procedimentos de auditoria são as investigações técnicas que, tomadas em conjunto, permitem a formação fundamentada da opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras ou sobre o trabalho realizado”.

Boynton et al. (2002, p.209-213) pronuncia-se sobre este conceito da seguinte forma “são os métodos ou técnicas que o auditor utiliza para coletar e avaliar material de evidência suficiente e competente.”.

Ainda no âmbito da bibliografia acima, é-nos facultado pelos autores 10 tipos de procedimentos de auditoria, sendo eles:

- Procedimentos de revisão analítica: “compreendem o estudo e comparação de relações entre dados. Envolvem o cálculo e a utilização de índices financeiros simples, inclusive análise vertical de demonstrações, comparação de quantias reais com dados históricos ou orçamentados e utilização de modelos matemáticos e estatísticos, tal como análise de regressão.”
- Inspeção: “envolve escrutínio cuidadoso e exame detalhado de documentos e registos, e exame físico de recursos tangíveis. Inspeções são utilizadas intensamente em auditoria. Muitas vezes resultam na coleta e na avaliação tanto de evidência ascendente como de evidência descendente”.
- Confirmação: “é uma forma de investigação que incapacita o auditor a obter informações diretamente com uma fonte externa ao cliente.  
Geralmente, o cliente faz a solicitação à parte externa, por escrito, mas o auditor controla a quem a solicitação deve ser dirigida. “
- Questionário: “envolvem a colocação de questões pelo auditor, verbalmente ou por escrito. Geralmente, dirigem-se à administração ou a empregados, como no caso de questões de acompanhamento de procedimentos de revisão analítica ou de obsolescência de stocks ou possibilidade de cobrança de contas a receber.”
- Contagem: “as duas aplicações mais usuais de contagem são (1) contagem física de recursos tangíveis, tais como o caixa em tesouraria ou o stock em mãos, e (2) localização de todos os documentos pré-numerados.”
- Rastreamento: “o auditor (1) seleciona documentos criados quando transações são executadas e (2) determina quais informações daqueles documentos se encontram adequadamente registadas nos livros da contabilidade (diários e razões)”.
- Vouching: “envolve (1) seleção de lançamentos nos registos contabilísticos e (2) obtenção e inspeção da documentação com base na qual os lançamentos foram efetuados, para determinação da validade e exatidão das transações contabilizadas.”

- Observação: “relaciona-se a acompanhar ou testemunhar a realização de alguma atividade ou processo. A atividade pode ser o processamento rotineiro de determinado tipo de transação, tal como o recebimento de caixa, para verificar se os empregados estão a seguir as políticas e os procedimentos da companhia, na realização das tarefas que lhes são atribuídas. Observação é particularmente importante na obtenção de entendimento de controlos internos.”
- Repetição: Um importante procedimento de auditoria é a repetição, pelo auditor, de conciliações e cálculos realizados pelo cliente (...). O auditor também pode recalcular aspetos seleccionados do processamento de determinadas transações, para verificar se o processamento original atende aos controlos internos estabelecidos pela companhia”.
- Técnicas de auditoria computadorizadas: “Quando os registos contabilísticos do cliente são mantidos em meio eletrónico, o auditor pode utilizar técnicas de auditoria computadorizadas como ajuda na realização de vários procedimentos (...).  
Técnicas de auditoria computadorizadas podem ser utilizadas para obter tanto evidência descendente como ascendente”

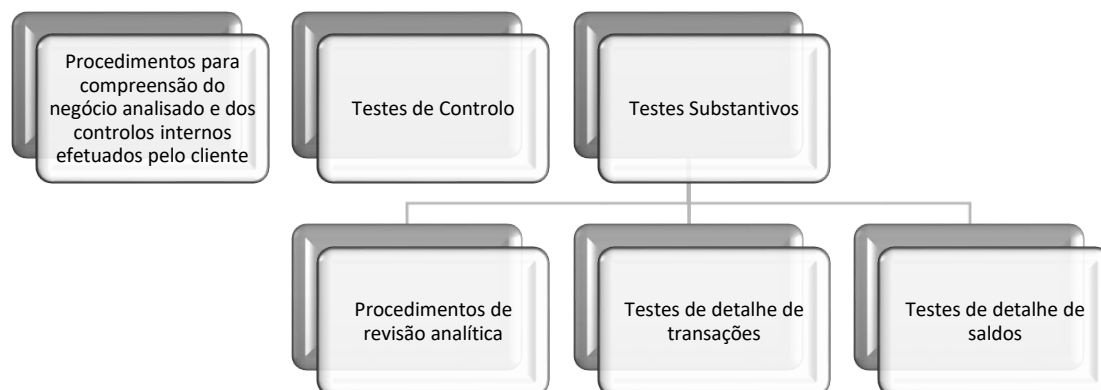
Desta forma, podemos dizer que os procedimentos de auditoria constituem o conjunto de atos tomados pelo auditor no exercer das suas funções com o intuito de formar uma opinião fundada, consistente e realista.

Com isto, o que se pretende espelhar é que o auditor tem que passar, ao mercado e todos os seus envolvidos, uma imagem íntegra, qualificada e cuidada do exercer das suas funções. E é então que surgem os procedimentos de auditoria, para dar base e consistência a essa imagem do auditor e do que representa o seu esforço e trabalho.

Os procedimentos de auditoria consistem no conjunto de ações estabelecidas previamente pelo auditor no programa de auditoria que estabeleceu seguir.

Posto o acima referido, podemos dizer que o importante é primeiramente definir exatamente o que será feito, quais as etapas da auditoria a idealizar, qual o rumo a tomar, e como deverá ser o exame efetuado.

## 1.8 Classificação dos procedimentos de auditoria



*Figura 3: Classificação dos Procedimentos de Auditoria*

Os procedimentos de auditoria, conforme já comentado na presente dissertação, são utilizados por parte do auditor no desempenho das suas funções com o objetivo de emitir um parecer fiável, verdadeiro e fundamentado, sobre as demonstrações financeiras de uma entidade.

Os procedimentos de auditoria podem ser distinguidos em 3 diferentes classificações, sendo elas:

- Procedimentos para compreensão do negócio analisado e dos controlos internos efetuados pelo cliente:

Durante a prática de auditoria, o auditor adota procedimentos que lhe permitam compreender o cliente, o seu negócio, a indústria onde este está inserido e todos os fatores que possam afetar o risco inerente de que alguma afirmação citada pela administração possa conter, eventualmente, distorções de natureza material ou não.

Estes procedimentos podem ser efetuados de várias formas, por exemplo, o auditor poderá optar por observar os principais concorrentes do seu cliente e avaliar a vantagem competitiva que este poderá estar a exercer no mercado.

Outro exemplo deste tipo de procedimento poderá ser a visita às instalações e uma conversa com alguns dos colaboradores do seu cliente.



- Testes de controlo:

Estes são aplicados com o objetivo de fornecerem evidências a cerca da eficácia das políticas e procedimentos existentes nos controlos internos implementados pelo cliente.

Isto é, são testes aplicados para perceber qual a margem de erro instaurada num procedimento de controlo interno. Por exemplo, se o cliente tiver o seu armazém parametrizado de forma a apenas se conseguir levantar um bem de stock com a devida autorização de um superior, o auditor pode testar se é gerado algum erro de sistema quando este tente levantar um bem do armazém com uma senha de visitante.

- Testes substantivos:

Os testes substantivos dão a conhecer as evidências da adequação das afirmações de gestão em demonstrações financeiras.

Estes testes são um pouco mais complexos na medida em que existem na sequência de três tipos de testes/procedimentos:

- Procedimentos de revisão analítica: são aplicados através da comparação de dados financeiros com dados não financeiros. Por exemplo, comparar o saldo da conta de stocks com a quantidade de produtos em armazém (admitindo um único item e um único preço de compra);
- Testes de detalhes de transações: relacionados com a análise de documentos que servem de suporte a lançamentos contabilísticos específicos. Um exemplo destes testes podem ser a comparação de faturas emitidas com a contabilização das vendas, margem de lucro, IVA-Imposto sobre o Valor Acrescentado liquidado, etc.
- Testes de detalhes de saldos: dizem respeito à confirmação direta dos saldos. Por exemplo, confirmar com o cliente que o saldo de valores a receber está de acordo com a contabilidade.

## **1.9 Prova de Auditoria**

“O auditor deve conceber e executar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias para a finalidade de obter prova de auditoria suficiente e apropriada

para reduzir risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo” (*ISA-International Standards on Auditing* 500, 6 e ISA 330).

De acordo com a ISA 500, “*Audit Evidence*”, a prova de auditoria diz respeito a todas as informações que são utilizadas por um auditor com o intuito de lhe possibilitar a chegada a conclusões verdadeiras e fundamentadas e, por sua vez, que lhe possibilite a formação da sua opinião.

A prova de auditoria pode ser obtida através da análise aos registos contabilísticos subjacentes às demonstrações financeiras ou através de outras informações, quer internas, quer externas.

A prova de auditoria, segundo esta norma, deve ser:

- i. Suficiente: na medida da quantidade da prova obtida.

Esta pode ser afetada pela avaliação do risco (quanto maior o risco, mais prova é exigida); e pela qualidade da prova (quanto mais qualidade implícita, menos prova será exigível).

- ii. Adequada: na medida da qualidade da prova obtida, sendo que esta é afetada pela sua relevância e fiabilidade.

A prova de auditoria pode ser obtida através de:

- Realização de procedimentos de avaliação do risco: Isto é, entender a entidade e o ambiente em que esta está inserida.
- Compreender o seu controlo interno e a forma como este atua perante as mais diversas situações, com o objetivo de avaliar os riscos de distorções materiais que possam estar implícitos nas demonstrações financeiras.
- Realização de procedimentos de auditoria adicionais, sendo que estes incluem:
  - Testes aos controlos;
  - Procedimentos substantivos (incluindo testes de detalhe e procedimentos analíticos substantivos).

Segundo a ISA 500, deve ser considerada a relevância e fiabilidade da informação usada como prova de auditoria.

Adicionalmente, na ISA 200, encontramos também definida a prova de auditoria como a informação que serve de base ao auditor para emitir a sua opinião e que o julgamento

profissional do auditor é um fator chave para se concluir que foi obtida uma prova de auditoria apropriada e suficiente e, assim, reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável.

### **1.10 Materialidade**

No âmbito do conceito de auditoria e da prática desta enquanto profissão, surge o conceito de materialidade.

Durante um processo de auditoria, qualquer que seja a sua natureza, não é possível que um auditor examine todas as transações e processos existentes na organização, pelo que o auditado deve seleccionar amostras que lhe permitam emitir uma opinião correta e fiável. É então, neste seguimento, que surge o conceito de materialidade.

Segundo o autor Silva (2014, p.43): “O princípio da materialidade deverá reger o reconhecimento, a mensuração, a apresentação, a divulgação e a consolidação nas demonstrações financeiras. De acordo com o princípio da materialidade, a informação considerada imaterial pode, por exemplo, ser agregada nas demonstrações financeiras. No entanto, embora um elemento isolado possa ser considerado imaterial, elementos imateriais de natureza semelhante podem ser considerados materiais quando tomados no seu conjunto.”

Gomes (2014, p.21) menciona “A materialidade pode ser definida como sendo um conceito de significado e importância relativos de um assunto, quer considerado individualmente, quer de forma agregada, no contexto das DF tomadas como um todo. Neste contexto, um assunto é material se a sua omissão ou distorção puder razoavelmente influenciar as decisões económicas de um utilizador baseadas nas DF (DRA-Diretriz de Revisão/Auditoria 320 – Materialidade)”.

De acordo com a ISA 200, a materialidade representa aquela que pode ser considerada como uma segurança razoável obtida através de prova suficiente e apropriada, que reduza o risco de o auditor, no exercer das suas funções, expressar uma opinião que não seja apropriada, quando as demonstrações financeiras apresentem distorções materiais.

Em auditoria, a materialidade pode ser definida como uma espécie de tolerância estipulada previamente, para possíveis erros de relato não detetáveis.

De acordo com o *FASB-Financial Accounting Standards Board* (1980) define-se materialidade como:

"A omissão ou distorção de um item é material, se, à luz das circunstâncias, a magnitude do item é tal, que é provável que o julgamento de uma pessoa com conhecimento razoável, que confie nas demonstrações financeiras seja alterado ou influenciado pela inclusão ou correção de um item".

Por sua vez, na dinâmica deste tema, surge pouco tempo depois, na estrutura conceptual do *IASB-International Accounting Standards Board* uma opinião sobre este conceito: "A informação é material se a sua omissão ou a distorção puder influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende do tamanho do item ou do erro julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou da sua divulgação indevida. Assim, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte ao invés de ser uma característica qualitativa primária que a informação deve ter para ser útil."

Em Portugal, mais especificamente, a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com menção à DRA 320, diz que esta problemática envolve aspetos qualitativos e quantitativos que estão sujeitos ao julgamento e opinião do auditor, atendendo às circunstâncias da omissão e distorção, Gomes (2014, p. 21).

Segundo Boynton et al. (2002, p. 181) "o parecer-padrão de auditoria explica que a auditoria é desenhada para obter segurança razoável – não segurança absoluta – de que as demonstrações contabilísticas não contêm classificações enganosas materiais. Existe, portanto, algum risco de que as demonstrações contenham algum erro que o auditor não conseguiu detetar durante a auditoria"

No seguimento desta temática, e tendo por base as menções acima transcritas, é importante ressaltar que a definição de um nível de materialidade não é uma definição estática. Isto é, o facto de o auditor, no planejar dos seus trabalhos, ter associado um nível de materialidade X, não quer dizer que no decorrer dos trabalhos, este não evidencie indícios de que o nível de materialidade inicialmente estabelecido não esteja o mais correto possível.

Assim, é importante ter presente a ideia de que a materialidade pode e deve ser ajustada quando existam motivos que o exijam, para uma auditoria corretamente planeada.

## **1.11 A Fraude**

Na presente dissertação, surge o conceito de fraude com uma importância relevante na medida em que esta pode resultar da inexistência ou má aplicação de um controlo interno eficaz e eficiente.

Como sabemos, os mercados apresentam-se cada vez mais dinâmicos e em constante mudança, o que, apesar de trazer inúmeros benefícios económicos e financeiros, pode gerar uma dimensão tal que, ainda que a curto prazo, crie uma oportunidade de prática de fraude.

Desta forma, e tendo por base o nosso objetivo com a elaboração da presente dissertação, é-nos importante definir e apresentar (ainda que não de uma forma exaustiva) este tema cuja importância consideramos relevante.

### **1.11.1 Conceito**

A palavra fraude advém do latim, “*Fraus, fraudis*”, e apresenta significados como: engano, embuste, má-fé, agravo, velhacaria, perfídia, (Almeida 2012, p.290-291).

Esta significa também “ato de má-fé praticado com o objetivo de enganar ou prejudicar alguém; burla; engano; logração; ato ou comportamento que é ilícito e punível por lei; contrabando; candonga”.

À luz da lei, considera-se fraude quando “na aplicação das normas de conflitos são irrelevantes as situações de facto ou de direito criadas com o intuito fraudulento de evitar a aplicabilidade da lei que, noutras circunstâncias, seria competente”, Código Civil, art.21º.

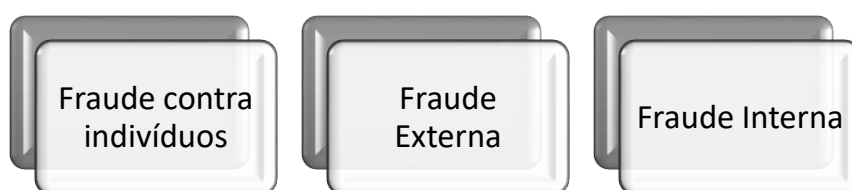
A fraude, como a conhecemos, representa o ato intencional e voluntário exercido com o intuito de prejudicar uma pessoa ou organização.

É um ato ilícito (ou de má fé) exercido para obter ganhos pessoais e cuja execução é punida por lei.

No contexto empresarial, segundo a ISA 200, a fraude representa todo o ato exercido de forma intencional, por parte de pessoas dentro da organização ou por terceiros com a finalidade de obter benefícios injustos e ilegais.

Para o Instituto Português de Auditoria Interna, fraude representa “Quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança. Estes atos não implicam no uso de ameaça de violência ou de força física. As fraudes são perpetradas por partes e organizações a fim de se obter dinheiro, propriedade ou serviços, para evitar pagamento ou perda de serviços, ou para garantir vantagem pessoal ou em negócios” (2009, p.37).

### 1.11.2 Tipos de Fraude



*Figura 4: Tipos de Fraude*

De acordo com a *ACFE-Associate of Certified Fraud Examiners* (2015) a fraude pode tomar forma em 3 distintos tipos.

Desta forma, e com base na bibliografia mencionada, iremos agora descortinar quais são estes tipos de fraude e descrevê-los, segundo a mesma.

Assim, e com base nesta distinção efetuada pelo ACFE, iremos na presente dissertação distinguir e explicar cada um dos 3 tipos acima apresentados.

#### 1.11.2.1 Fraude contra indivíduos

Um exemplo bastante conhecido na esfera informática atualmente é o roubo de identidade. Cada vez são mais os casos de queixa-crime apresentados por indivíduos que são vítimas de fraude com vista à aquisição indevida das suas identidades pessoais.

Este tipo de fraude é planeado e executado diretamente a um indivíduo a título individual.

### **1.11.2.2 Fraude Externa**

Fraude externa é todo o tipo de ações que ocorrem fora de uma entidade com vista à prática de fraude numa outra entidade.

Este tipo de fraude envolve um leque diverso de situações em torno de uma entidade com objetivo fraudulento.

Um exemplo deste tipo de fraude poderá ser o envio de um extrato de conta corrente a um cliente que contenha informações erradas, que induzam este a pagar valores que não seriam efetivamente devidos.

### **1.11.2.3 Fraude Interna**

Fraude interna, ou também conhecida como Fraude Ocupacional, diz respeito a todos os atos fraudulentos e com caráter ilícito que possam ocorrer dentro da organização que se apresenta como vítima da fraude em questão.

Este tipo de fraude está relacionado com o uso da ocupação para benefício pessoal através do uso de forma consciente ou da má aplicação de recursos ou ativos dentro de uma organização.

Um exemplo para este tipo de fraude poderá ser o uso, de forma deliberada, de valores do orçamento de uma entidade para benefício próprio por parte de um gerente.

Após a descrição dos 3 tipos de fraude acima, é-nos possível identificar como de maior interesse para a elaboração da presente dissertação o último tipo mencionado, isto é, o tipo de fraude interna.

Apesar de a fraude externa, na forma em que se apresenta, poder ser também uma ameaça para qualquer entidade, e apesar desta dever ser combatida e controlada com os devidos mecanismos de controlo, é na realidade a fraude interna aquela que nos importa mais especificamente abordar na temática que nos predispusemos a abordar na presente dissertação.

## 1.12 O Triângulo da Fraude

Em 1950, Donald Cressey decidiu estudar o que motivava o ato da fraude. Para tal, entrevistou 250 criminosos durante 5 meses escolhidos segundo duas condições:

- A pessoa ter aceite um cargo de confiança;
- Ter violado a confiança em si depositada.

Após este, Cressey validou que estavam sempre presentes vários fatores do foro psicológico que tinham origem essencialmente em problemas económicos que os criminosos detinham, mas que por razões diversas tinham vergonha de partilhar com outros e, assim, pedir ajuda.

Dadas as circunstâncias, Cressey validou que na situação de impotência para resolução de problemas financeiros, os criminosos tendiam a usar a sua função ou cargo de confiança para desviar dinheiro de forma dolosa e não autorizada.

Claro que os problemas financeiros não eram apenas e só a justificação que dava o impulso para o ato da fraude, existem também outros fundamentos como “o meu colega também deve desviar dinheiro” ou “se eu fizer este contrato, estarei a receber um suborno, mas no fim a empresa ganhará com o contrato”, entre outros. No fundo, são várias as razões e/ou motivações que podem dar lugar à fraude.

Após o seu estudo do caso concreto e análise das informações obtidas, em 1953, Cressey publicou o seu livro “*Other People’s Money*” em que transformava o seu estudo resumidamente na imagem de um triângulo.

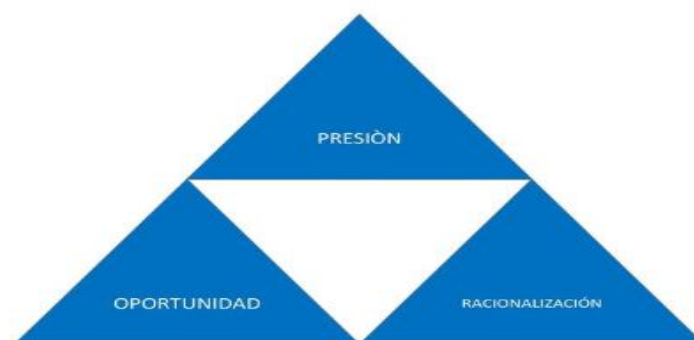


Figura 5: Triângulo da Fraude (D. Cressey, 1953 p. 30)



Este, é composto por 3 vértices que explicam o que gera o ato da fraude:

- Pressão: esta resulta de um problema financeiro do qual o indivíduo fraudulento tem vergonha de partilhar com amigos ou família, isto é, surge do aparecimento de uma dívida, problema de saúde, de um vício (por exemplo, o jogo), entre outros, e cuja resolução passa por uma quantia de dinheiro que a pessoa não tem disponível.

Assim, surge uma pressão junto deste que leva a um sentimento de vergonha por parte do indivíduo e cria um impulso nervoso no indivíduo fraudulento.

- Racionalização: esta está relacionada com a capacidade que o indivíduo tem para processar os prós e contras associados à ação que trarão ou não consequências após o ato da fraude. A racionalização passa pela análise dos possíveis cenários associados à ação da fraude e cujo resultado leva este à decisão de cometer ou não o crime.

Por entre os mais diversos motivos que o indivíduo possa utilizar perante si mesmo para justificar o crime cometido, estão razões como:

- O facto de que ninguém sairá magoado ou prejudicado de forma individual;
  - O conhecimento de casos de colegas de trabalho e até chefes que já cometeram fraude;
  - O facto de se verificarem diariamente nas redes sociais e meios de comunicação várias impunidades, escândalos associados à prática de fraude.
- Oportunidade: Este está relacionado com o surgimento do momento em que a entidade fica fragilizada e o criminoso verifica a existência de uma falha ou fraqueza em determinado controlo existente na organização.  
É no momento em que é detetada a falha nos controlos efetuados dentro da organização, que surge a oportunidade de fraude aos olhos do criminoso.

## 1.13 Controlo Interno

### 1.13.1 Definição

De acordo com o FASB, controlo interno consiste no conjunto de políticas e procedimentos desenvolvidos e aplicados para garantir uma certeza razoável associada à informação fornecida pelas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatados, assim como na correta apresentação das demonstrações financeiras, garantindo que estas cumprem todos os princípios de contabilidade geralmente aceites.

Questão 1: A entidade dispõe de um departamento ou pessoa responsável pelo controlo interno.

Podemos encontrar na publicação de Gomes (2014, p.11 e 12) a menção de que o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) diferenciou o controlo interno entre controlo administrativo e contabilístico em “*Statement on Auditing Procedure* (SAP) nº54 referenciada com a denominação de “*The auditor’s study on evaluation of internal control*” da seguinte forma:

- Controlo administrativo: trata-se do plano, procedimentos e registos da organização relacionados com o processo de decisão que dá origem à autorização das transações pelo órgão competente de gestão.

Questão 2: Existe um manual de procedimentos de controlo interno disponível e atualizado conforme as especificidades de cada área.

- Controlo contabilístico: diz respeito ao plano, procedimentos e registos da organização relacionados com a salvaguarda dos ativos e com a confiança adjacente aos registos contabilísticos que, por sua vez, são elaborados de forma a proporcionar uma certeza razoável relativamente a:
  - As transações serem efetuadas tendo por base uma autorização geral ou específica da gestão;

Questão 3: Dentro da entidade existe um procedimento de autorização centralizado na gestão de topo.

- As transações serem executadas e comunicadas de forma a ser permitida a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com os

princípios contabilísticos aceites e a ser possível manter o registo contabilístico dos ativos;

- O acesso aos ativos restrito apenas com base na autorização da gestão;
- Existir a comparação entre o registo contabilístico dos ativos com os ativos existentes em intervalos de tempo razoáveis e a tomada de medidas sempre que sejam registadas diferenças.

Questão 4: São efetuadas verificações internas da entidade através de auditorias para que a entidade possa providenciar a existência de uma constante comparação entre o registo de ativos em termos de inventários e o respetivo registo contabilístico.

De acordo com Moraes e Martins (2013, p.28), o controlo interno é definido pela primeira vez em 1934 pela AICPA da seguinte forma: “compreende um plano de organização e coordenação de todos os métodos e medidas adotadas num negócio a fim de garantir a salvaguarda de ativos, verificar a adequação e confiabilidade dos dados contabilísticos, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão às políticas estabelecidas pela gestão”.

Por sua vez, COSO define o controlo interno como “um processo levado a cabo pelo Conselho de Administração, Direção ou outros membros da entidade com o objetivo de proporcionar um grau de confiança razoável na realização dos seguintes objetivos:

- Eficácia e eficiência dos recursos;
- Fiabilidade da informação;
- Cumprimento das leis e normas estabelecidas”.

De acordo com *IIA-Institute of internal Auditors*, o controlo interno apresenta-se com o objetivo de assegurar:

- Confiança e integridade da informação;
- Utilização eficaz e eficiente dos recursos;
- Salvaguarda dos ativos; e
- O cumprimento de políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis.

Dentro da esfera nacional, podemos também estudar uma definição de controlo interno na OROC-Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, através da DRA 410 (Diretriz de Revisão/Auditoria, 2000) que se pronuncia sobre o tema em epigrafe da seguinte forma:

“Todas as políticas e procedimentos (controles internos) adotados pela gestão de uma entidade, que contribuam para a obtenção dos objetivos da gestão de assegurar, tanto quanto praticável, a condução ordenada e eficiente do seu negócio, incluindo a aderência às políticas da gestão, a salvaguarda de ativos, a prevenção e detecção de fraude e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível.” Gomes (2014, p. 12).

Na obra de Boynton et al. (2002, p. 319) podemos também encontrar uma referência sobre este tema, fazendo menção a uma publicação do AICPA, intitulada de “*Internal Control*” em que este registava que os seguintes fatores contribuíam para a crescente importância da existência de controles internos. Esses fatores seriam:

- “A extensão e o tamanho da entidade – as entidades de grande dimensão tornavam-se, com o tempo, mais complexas de analisar e cada vez mais era necessário efetuar relatórios e análises que permitissem controlar a situação da mesma;
- As conferências e revisões implícitas a um bom sistema de controlo interno proporcionam proteção contra fraquezas humanas e reduzem a possibilidade da ocorrência de erros e irregularidades.
- Dadas as limitações económicas dos seus honorários, era impraticável que auditores independentes auditassem a maioria das companhias se não pudessem recorrer aos respetivos sistemas de controlos internos.”

### **1.13.2 Princípios do Controlo Interno**

Dada a grande importância da implementação de um sistema de controlo interno cuidado e rigoroso é da máxima importância que, associado a este, exista implicitamente a instauração de princípios básicos associados a este conceito.

Na obra de Marçal e Marques (2011, p.13) encontramos uma referência a esta temática “Um sistema de controlo interno alicerça-se num conjunto de princípios básicos que lhe dão consistência e que são:

- A segregação de funções;
- O controlo das operações;
- Definição de autoridade e de responsabilidade;

- Competência do pessoal;
- Registo de factos”.

Para Marçal e Marques o segredo de um seguro e sólido sistema de controlo interno tem por base a implementação dos princípios básicos acima descritos pois, segundo os autores, a aplicação destes leva a um sistema de controlo interno eficaz e eficiente.

Contudo, e ainda que tendo por base os princípios acima descritos, a existência de um sistema de controlo interno pode não significar, só por si, que a existência de falhas e/ou ocorrências negativas no processo da empresa, estejam planeadas e resolvidas.

Ainda no seguimento da referência acima descrita, ditam também os autores mencionados que existem várias possíveis limitações a ter em conta na implementação de um sistema de controlo interno, sendo elas:

- Uma segregação de funções erradas ou pouco clara para os demais envolvidos e interessados em todo o processo;
- A possibilidade de os poderes de autorização serem usados de forma abusado por parte dos utentes a quem os mesmos foram confiados;
- A competência e/ou integridade pessoal dos responsáveis pelo controlo interno se mostrar degradada por várias razões, internas ou externas;
- A falta de motivação ou vontade da entidade em desenvolver, criar, ou alimentar a implementação e crescimento de um sistema de controlo interno conciso, trabalhado e rigoroso, associada à falta de cultura de gestão em relação à importância da existência deste sistema dentro da entidade.

### 1.13.3 Tipos de Controlo Interno



*Figura 6: Tipos de Controlo Interno*

- Controlos Preventivos: são os que têm como objetivo impedir a ocorrência de todos os factos indesejados pela entidade em que operam (por exemplo: passwords, mais do que uma assinatura para autorização de determinada operação);
- Controlos Detetivos: são os têm como finalidade a identificação de todos os erros e/ou omissões (por exemplo: contagens físicas, reconciliações bancárias);
- Controlos Diretivos: são os controlos efetuados para que determinada ocorrência ocorra (exemplo: manual de procedimentos e ações da entidade);
- Controlos Corretivos: são os controlos efetuados com o intuito de corrigir determinado facto indesejado (por exemplo: relatórios de exceções e correções, listagem de diferenças encontradas nas contagens);
- Controlos Compensatórios: são os existentes com a finalidade de compensar ou colmatar eventuais falhas de outros controlos (por exemplo: comparação entre valor de faturação e valor dos recebimentos de clientes);

### 1.13.4 Métodos de Controlo Interno



*Figura 7: Métodos de Controlo Interno*

- Controlos Administrativos: imposição de uma estrutura organizacional completa e bem delineada, delegação das competências de forma clara e expressa, definição e clarificação das funções a desempenhar.
- Controlos Operacionais: definição do plano a ser cumprido e do orçamento a respeitar, definição de políticas e procedimentos a efetuar, definição do sistema contabilístico, da informação e documentação existente.
- Controlos de Recursos Humanos: estabelecimento de políticas e procedimentos de seleção e recrutamento de meios humanos, de formação e desenvolvimento;
- Controlos de Supervisão: realização de revisões internas e externas às operações realizadas bem como aos programas utilizados nas mesmas;
- Controlos de Salvaguarda: detenção de toda a informação e acesso a todos os ativos, equipamentos, documentos e informações que circulam.

### 1.13.5 Componentes do Controlo Interno

De acordo com COSO, o controlo interno como o conhecemos é constituído por 5 componentes, interligados entre si e cuja atuação influencia o ambiente de controlo interno implementado.

Segundo COSO, é praticamente impossível a existência de um controlo interno eficaz e eficiente se estiver em falta um ou mais dos componentes que iremos mencionar a seguir.

Claro que estes componentes, que servem de base à criação, implementação e atuação do controlo interno, são implementados e geridos tendo sempre por base aqueles que são os objetivos a atingir pela gestão de topo.

Desta forma, o COSO define na imagem a seguir transcrita o que no seu entender são os componentes essenciais a um controlo interno cuidado e preciso:



Figura 8: Componentes do Controlo Interno segundo COSO (COSO, 2017)

A seguir, na presente dissertação, iremos abordar cada um dos componentes que COSO considera essenciais a uma correta prática do controlo interno:

- **Governance and Culture:** Este componente subdivide-se em governação e cultura. A primeira diz respeito ao tom da organização, isto é, reforça a importância da existência de responsabilidades ao nível da supervisão da gestão de riscos corporativos. A cultura está relacionada com os valores éticos, com os comportamentos que seriam desejados dentro da organização e a compreensão dentro desta do risco.
- **Strategy and Objective-Setting:** Este componente retrata que para o planeamento estratégico deverão funcionar em sintonia a gestão de riscos corporativos, a estratégia e a definição de objetivos; que o apetite pelo risco é definido e alinhado em concordância com a estratégia definida; e que são os objetivos do negócio que



colocam a estratégia em prática ao mesmo tempo que servem de base para identificar, avaliar e responder aos riscos.

- Performance: devem ser identificados e avaliados os riscos que possam pôr em causa a realização da estratégia e dos objetivos do negócio. Estes, são avaliados consoante o grau de severidade, no contexto do apetite do risco. A organização deverá dar resposta aos riscos identificados, alcançando por fim uma visão consolidada do portfolio e do total dos riscos assumidos pela organização. Por fim, deverão os stakeholders ser informados destes riscos sobre os quais estarão envolvidos.
- Review and Revision: Ao efetuar uma análise à sua performance atual, a organização tem a oportunidade de avaliar até que ponto estarão os seus mecanismos de gestão de risco a funcionar corretamente, face às constantes mudanças do mercado. Neste contexto, poderá a organização encontrar falhas que deverá analisar e corrigir prontamente.
- Information, Communication, and Reporting: A gestão de riscos requer um processo rigoroso e contínuo de obtenção e partilha de informações crucias. Estas poderão ser internas ou externas e oriundas das mais diversas camadas e processos de negócio da organização.

#### **1.13.6 O Controlo Interno numa ótica de continuidade**

O controlo interno deve sofrer uma avaliação contínua e rigorosa pois, ainda que esteja a ter, ao nível da gestão, um impacto positivo e funcional, com o decorrer dos tempos, os controlos aplicáveis podem tornar-se insuficientes.

Desta forma, e nesta ótica de avaliação com o intuito de melhoria, é necessário ter como base três aspetos fundamentais, sendo eles:

- ✓ O objetivo da prática de controlo interno. Isto é, qual é a finalidade com que foi implementado um departamento de controlo interno e o que se espera obter como resultado da prática deste;

- ✓ Os riscos que existem ou que possam surgir no decorrer da prática laboral de uma entidade. Isto é, o controlo interno deverá estar ajustado conforme o tipo de riscos que possam existir. Por outras palavras, o controlo interno deverá adaptar-se não só aos riscos presentes na entidade, mas também aos riscos que possam surgir no decorrer do desenvolvimento da atividade exercida.
- ✓ Os controlos existentes. Isto é, o auditor deverá aplicar com consciência e profissionalismo um grau de confiança na prática dos controlos já existentes na entidade e, após isto, deverá ser capaz de quantificar e qualificar o risco existente.

Após isto, o auditor deverá ser capaz de dar uma opinião sobre os aspetos positivos do controlo interno que tem vindo a ser aplicado, mas também sobre todos os pontos que não estão em conformidade com os objetivos delineados pela gestão.

O departamento de controlo interno funciona como um qualquer departamento existente dentro de uma organização, ou seja, ele funciona sobre as orientações da gestão e deve produzir os efeitos que esta pretender. Contudo, e apesar de os auditores estarem num ambiente de coordenação com os restantes departamentos, é da extrema importância que os auditores internos tenham presente que acima de tudo está o profissionalismo destes na prática das suas funções, ainda que tenham que adotar uma posição de insensibilidade face aos colegas e/ou amigos cujas funções estejam a auditar.

Outro ponto relevante a ter em consideração é que, apesar de o departamento de controlo interno reportar diretamente à gestão, este deve manter uma distância profissional razoável mesmo em relação à gestão de topo. Isto porque, como sabemos, nem sempre os objetivos da gestão estão em linha com o que seria melhor para a entidade ou até mesmo, correto do ponto de vista ético.

Desta forma, e ainda que o departamento de controlo interno exista por imposição da gestão, o auditor interno não poderá, em qualquer circunstância, tomar posições pouco éticas para cumprir ordens da gestão.

### **1.13.7 A relação entre o Controlo Interno e a Gestão de Topo**

Gonçalves (2015, p.32) menciona que: “O sistema de controlo interno consiste num aspeto crucial do sistema de governação das organizações e da sua capacidade de gerir os

riscos, sendo fundamental para garantir a prossecução dos seus objetivos e assegurar a criação e proteção do valor, para os detentores do seu capital.”

Segundo este autor, o sistema de controlo interno depende do estilo de liderança da gestão da organização. Isto é, na ótica deste; “são os líderes das organizações os verdadeiros responsáveis pelo seu sistema de controlo interno e, consequentemente, pelo ambiente de controlo (...) Assim, um verdadeiro líder tem de ter a capacidade de olhar para a organização, nas suas diferentes dimensões, ou reunir-se de pessoas que o possam auxiliar neste processo, procurando garantir que a organização:

- Identifica, de forma adequada e apropriada, os riscos externos e internos, que possam comprometer os objetivos da organização;
- Possui um processo de avaliação daqueles riscos, que assegure que os riscos críticos não só sejam identificados, mas sejam criados mecanismos de controlo, que mitiguem os mesmos;
- Possua um sistema de informação e comunicação que assegure que as transações são registadas, atempadamente e adequadamente, de modo a que a gestão tome decisões com base em informação adequada; e
- Possua um sistema de monitorização que assegure que o sistema, como um todo, funciona de forma eficaz e eficiente.”

Questão 5: A entidade valida com a periodicidade de 1 a 3 meses se estão a ser cumpridos os procedimentos de controlo interno instaurados.

Questão 6: A entidade avalia de 3 a 6 meses se os controlos internos definidos se encontram adequados à atual realidade em que esta opera.

A existência de um controlo interno adequado, consistente e em constante monitorização e melhoramento representa uma ferramenta bastante poderosa da gestão de topo de uma organização. Desta forma, podemos dizer que, ainda que o sucesso do sistema de controlo interno advenha muito em parte da performance da gestão e da importância que esta aplica ao departamento de controlo interno, o sucesso do primeiro leva ao sucesso da gestão de topo dentro da organização.

Claro que é necessário compreender que, assim como existem no mercado e no mundo em geral, variáveis aleatórias que possam pôr em causa o desempenho de uma entidade,

também estas podem pôr em causa o desempenho do controlo interno como consequência.

Assim, é da máxima importância perceber que as necessidades de hoje num sistema de controlo interno sólido podem, muito provavelmente, ser diferentes das necessidades desse sistema de controlo interno amanhã, daí este necessitar de estar em constante processo de monitorização e melhoria contínua.

#### **1.13.8 Atividades de controlo**

Quando nos referimos a atividades de controlo estamos a direcionar-nos para todas as políticas e procedimentos efetuados com a intenção de assegurar que as diretrizes da administração de cada entidade estão efetivamente a ser cumpridas.

Estas existem para garantir que são tomadas medidas de ação de combate ao risco de que os objetivos das entidades não sejam atingidos.

Boynton et al. (2002, p. 331) diz que “Atividades de controlo relevantes para uma auditoria das demonstrações financeiras podem ser classificadas de várias formas. Uma delas é a seguinte:

- Segregação de funções;
- Controlos de processamento de informação:
  - Controlos gerais
  - Controlos de aplicações
- Controlos físicos;
- Revisões de desempenho.”

No desenvolver da presente dissertação, iremos abordar de forma prática como podem (ou como deveriam) ser desenvolvidas atividades de controlo dentro de cada uma das organizações que iremos estudar, por forma a minimizar o erro e/o o risco de fraude.

Desta forma, é-nos fundamental, com base na bibliografia acima descrita, explicar cada uma das atividades mencionadas e como cada uma delas pode representar uma mais valia para as entidades.

- Segregação de funções:

“Envolve fazer com que os indivíduos não realizem funções incompatíveis. Do ponto de visto do controlo, funções são consideradas incompatíveis quando é possível que um indivíduo cometa um erro ou fraude e esteja em posição que lhe permita esconder o erro ou a fraude no curso normal das suas atribuições.”

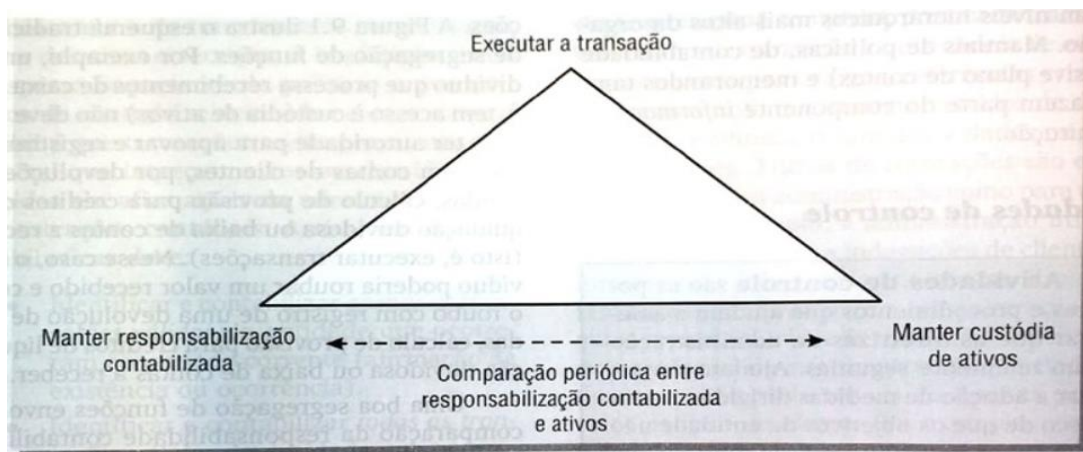


Figura 9: Segregação de Funções (Boynton et al., 2002)

A figura acima retrata como efetivamente deveria funcionar o esquema das responsabilidades nas empresas, apelando ao conceito acima descrito de segregação de funções.

É fácil de compreender porque motivo devemos ter este conceito em grande escala no nosso dia-a-dia, pois a não aplicação do conceito no desempenhar de funções de uma entidade, poderá levar ao cometer de erros ou fraudes.

“Por exemplo, um indivíduo que processa recebimentos de caixa (isto é, tem acesso à custódia de ativos) não deve também ter autoridade para aprovar e registar créditos em contas de clientes, por devoluções de vendas, cálculo de provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de contas a receber (isto é, executar transações). Neste caso, o indivíduo poderia roubar um valor recebido e cobrir o roubo com registo de uma devolução de vendas, cálculo de provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de contas a receber.”

Questão 7: A entidade obriga à existência de segregação de funções nas disponibilidades (a pessoa que regista os valores do caixa é diferente da que regista contabilisticamente os valores a retirar ou a colocar em caixa).

Segundo o autor, uma correta execução da atividade de segregação de funções envolve a comparação da responsabilidade contabilizada com os ativos em mãos, e que isto é fundamentado em duas situações:

1. “Responsabilidade pela execução de uma transação, registo de uma transação e custódia de ativos que decorram das transações devem ser atribuídas a indivíduos ou departamentos diferentes”, conforme a figura demonstra.

Na realidade, a existência da mínima possibilidade de posse sobre dois tipos de procedimentos diferentes dentro do mesmo processo, torna o ato da fraude (e até mesmo do ingénuo erro) algo bastante acessível.

Por exemplo, se o responsável pela entrada e saída de stock num armazém, for o mesmo que contabilizar em sistema estas movimentações, estamos perante uma janela de oportunidade para este indivíduo de desviar stock para uso próprio ou venda ilegal destes produtos, simplesmente baseado na não contabilização da entrada desses mesmos produtos em armazém. Desta forma, se as pessoas e/ou os departamentos que executem estas funções forem distintos, esta possibilidade torna-se praticamente nula.

2. “Deve haver adequada segregação de funções dentro do departamento de tecnologia da informação e entre ele e os departamentos usuários. Várias funções internas ao departamento de tecnologia da informação – desenvolvimento de sistemas, operações, controlo de dados e segurança – devem ser segregadas. Além disso, esse departamento não deve corrigir dados submetidos por departamentos usuários, dos quais deve ser hierarquicamente independente. Segregação de funções dentro do departamento de tecnologia de informação é tão importante que é considerado um aspeto crítico dos controlos gerais.”

- Controlos de processamento de informação:

Estes controlos estão diretamente ligados à autorização, integridade e exatidão das transações efetuadas e por isso apresentam uma elevada importância para a auditoria às demonstrações financeiras.

Segundo o autor mencionado acima Boynton et al. (2002, p. 332), “muitas entidades atualmente utilizam computadores em processamento de informações, em geral, e sistemas contabilísticos em particular. É útil, portanto, classificar controlos de processamento de informação em controlos gerais e controlos de aplicativos”.

- Controlos gerais:

Tratam-se de controlos implementados ao sistema computacional existente na organização, isto é, tratam-se de procedimentos que visam o controlar de desenvolvimentos e alterações implementados nos programas existentes nas organizações.

O autor Boynton et al. (2002, p. 333) diferencia em 5 tipos diferentes estes controlos gerais:

- ✓ Controlos de organização e operação – “relacionam-se com dois fatores do ambiente de controlo – filosofia e estilo operacional da administração e estrutura organizacional – e referem-se à segregação de funções dentro do departamento de tecnologia de informação e entre ele e departamentos usuários”
- ✓ Controlos de desenvolvimento e documentação de sistemas – “são parte integrante do componente de controlos internos denominado informação e comunicação. Controlos de desenvolvimento de sistemas relacionam-se com revisão, teste e aprovação de novos sistemas, controlo de alterações de programas e procedimentos de documentação.”
- ✓ Controlos de hardware e do sistema operacional – “são um importante fator que contribui para o alto grau de confiabilidade da tecnologia da informação dos dias de hoje. São desenhados para detetar qualquer funcionamento inadequado do equipamento.”
- ✓ Controlos de acesso – “devem impedir o uso não autorizado de equipamentos de tecnologia da informação, arquivo de dados e programas de computadores. Envolvem salvaguardas físicas, de software e de procedimentos.”
- ✓ Controlos de dados e procedimentos – “fornecem um arcabouço para controlo de operações diárias dos computadores, minimizando a probabilidade de erros de processamento e assegurando a continuidade das operações, em caso de desastre físico ou falha do computador.”

Questão 8: A entidade tem plena consciência da importância associada à informação segura (no sentido de contemplar os acessos restritos a informações contidas no programa de contabilidade).

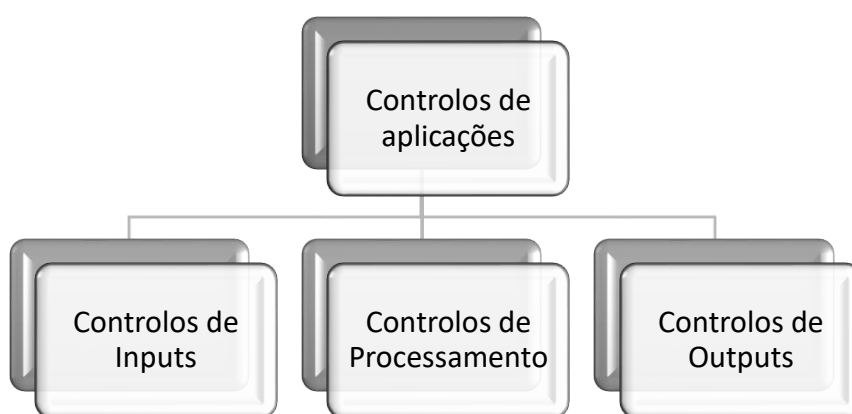
Questão 9: No que concerne à restrição de acessos a informações contidas no programa de contabilidade, a entidade aplica o impedimento de alterações de valores na contabilidade após a efetividade destes.

- Controlos de aplicações:

“Esses controlos são desenhados para fornecer segurança razoável para que o departamento de tecnologia da informação realize adequadamente o registo, processamento e relato de dados de cada aplicativo. Assim, o auditor deve considerar esses controlos separadamente para cada aplicativo contabilístico significativo – faturação, preparação da folha de pagamento e emissão dos correspondentes cheque, etc.”

Sobre estes, podemos também ler que “no ambiente atual da tecnologia da informação, controlos de aplicativos executam a função de verificações independentes, que envolvem a verificação de (1) trabalho anteriormente realizado por outros indivíduos ou departamentos ou (2) avaliação adequada de quantias registradas.”

Estes são classificados, na obra de Boynton et al. (2002, p. 337) em três grupos distintos:



*Figura 10: Controlos de Aplicações*



A seguir, no seguimento desta distinção nos 3 grupos acima, iremos na presente dissertação explicar cada um deles.

✓ Controlos de inputs:

Estes controlos estão desenhados para detetar e definir erros que possam existir nos inputs utilizados para processamento posterior. Segundo o autor, a maioria dos erros ocorrem nesta primeira fase, pelo que detetá-los e travá-los será sempre da máxima importância.

Estes controlos existem para fornecer uma razoável de que os dados que são recebidos para serem processados são devidamente autorizados e convertidos na forma que o computador possa ler.

Além destes mecanismos, são parte integrante deste processo todas as pessoas envolvidas no *follow up* da rejeição, correção e reapresentação dos dados inicialmente com erros.

✓ Controlos de processamento:

Estes controlos servem para fornecer uma segurança necessária relativamente ao processamento de um determinado aplicativo. Isto é, servem para assegurar que o processamento de dados é efetuado de forma segura e estável.

Os controlos de processamento podem existir de várias formas, sendo que os que existem de forma mais comum são aqueles que existem em forma de programas já existentes em nas próprias aplicações.

A seguir, surgem alguns exemplos de como se assumem estes controlos de processamento:

- Totais de controlo: controlos incorporados nos programas com o objetivo de atestar se os totais dos inputs coincidem com os totais dos processamentos.
- Etiquetas para identificação dos arquivos: estas podem ser internas ou externas. As internas dizem respeito a inscrições em linguagem de

máquina colocadas nos arquivos. As externas, por sua vez, são anexadas às fitas ou discos de forma a identificar de forma visual os arquivos.

- Verificações de limite e razoabilidade: Apresentam-se da mesma forma que o exemplo acima, sendo que a diferença está no facto de se apresentar de forma editada.
- Relatório antes e depois: É elaborado um relatório mestre contendo o resumo de todo o arquivo contendo o antes e depois da cada utilização.
- Testes de sequência: sempre que os dados forem identificados por números ou se os dados tiverem que ser processados seguinte uma determinada ordem, é possível testar se a sequência está a ser respeitada.
- Dados de rastreamento de processamento: está relacionado com um printout de dados específicos que sobrem uma verificação pormenorizada por forma a se validar se o processamento está a ser efetuado de forma correta e sem erros.

✓ Controlos de outputs:

Estes, surgem após o final do processamento e servem para garantir que os resultados que surgem após o processamento. Além disso, servem por forma a garantir que apenas as pessoas devidamente autorizadas recebem a informação que resulta do processamento.

Estes controlos podem surgir nas seguintes formas:

- Conciliação de totais: é efetuada uma conciliação entre os totais considerados nos outputs gerados pelos programas e os totais dos inputs e do processamento, pelo grupo dos controlos de dados e departamentos de usuários;
- Comparação de documentos-fontes: resume-se a comparar os outputs com os documentos-fontes.
- Triagem visual: são analisados os outputs de forma a se validar a sua integridade e razoabilidade.

- Controlos físicos:

Os controlos físicos são aqueles cuja finalidade é a de avaliar a facilidade com que é possível aceder aos ativos e a todos os registos importantes.

Dentro desta temática podemos aplicar controlos físicos por forma a validar dois tipos distintos de acessos:

- Acesso físico direto;
- Acesso indireto através da preparação ou processamento de documentos como os pedidos de fornecimento e vouchers (dado que autoriza a disponibilidade de ativos).

Deste modo, podemos constatar que estes tipos de controlos dizem respeito a equipamentos e medidas de segurança que possam assegurar ou salvaguardar todos os ativos, documentos, registos, programas ou arquivos digitais.

Consideram-se como exemplos deste tipo de controlo:

- ❖ Cofre à prova de fogo;
- ❖ Armazéns certificados, situados fora das instalações das entidades;
- ❖ Caixas registadoras;
- ❖ Acessos feitos por cartões, chaves ou controlo de matrículas;

Questão 10: A entidade aplica procedimentos de controlo por forma a monitorizar a entrada de pessoas não autorizadas no arquivo, e armazém.

Questão 11: A entidade aplica procedimentos de controlo por forma a controlar que apenas pessoas autorizadas efetuam movimentação de disponibilidades.

- Revisões de desempenho:

As revisões de desempenho refletem todas as atividades realizadas pela administração relativamente à revisão e análise, tais como:

- ❖ Relatórios que resumem de forma detalhada todos os saldos de contas;
- ❖ Valores reais do desempenho da atividade em comparação com o orçamentado inicialmente;
- ❖ Relação entre dados financeiros e não financeiros, bem como o impacto destes na atividade e desempenho.

As revisões de desempenho servem por forma a avaliar se os mecanismos aplicados às mais diversas áreas estão a desempenhar o efeito pretendido no alcance daquele que é o objetivo da entidade como um todo.

Questão 12: A entidade efetua revisões aos processos de controlo interno que tem implementados com periodicidade.

Após serem formuladas as questões de investigação decorridas da revisão da literatura, será considerada, de seguida, de que forma será possível responder às mesmas.

Desta forma, passamos agora ao capítulo da metodologia.



## **2 Introdução**

Neste capítulo irá ser abordado de que forma podemos definir o que é uma metodologia de investigação, em que consiste e do que realmente trata. Irá também ser abordado quais os tipos de metodologias existentes para a elaboração de uma dissertação de mestrado e explicado aquela que foi a escolhida para a presente dissertação.

Para começar, achamos de extrema relevância referir o que é uma metodologia de investigação.

Segundo Ciribelli (2003, p.31), “metodologia é, pois, um conjunto de procedimentos utilizados por uma disciplina e ao mesmo tempo, sua teoria. A metodologia, no quadro geral da ciência, seria uma “metaciência”, isto é, um estudo que tem por objetivo a própria ciência e as técnicas específicas de cada ciência.”

Assim, podemos dizer que esta definição representa tudo aquilo que serve de base para a elaboração de um trabalho ou projeto. Consiste na apresentação das técnicas de pesquisa existentes e utilizadas na recolha de dados, bem como, os procedimentos efetuados para realizar a análise desses mesmo dados. Desta forma, considera-se a metodologia um meio para a elaboração do estudo a que nos propomos, e não um fim.

A metodologia de investigação a utilizar pode ser de três diferentes tipos: quantitativa, qualitativa ou mista. Desta forma, nos pontos abaixo iremos referenciar e explicar cada um deles com o propósito de perceber qual a metodologia mais enquadrada no caso prático a abordar, como conclusão deste trabalho de dissertação.

### **2.1 Metodologia Quantitativa**

“Foca a atenção em medições e quantidades (mais ou menos, maior ou menor, frequentemente ou raramente, semelhante ou diferente) das características apresentadas pelas pessoas ou eventos que o investigador estuda.” Murray (2003, p.1)

Compreende as investigações efetuadas através de dados mensuráveis de uma determinada variável.

Este tipo de investigação é elaborado com o objetivo de validar e explicar a relação existente entre essa e outra variável em estudo.

O método quantitativo visa observar a ocorrência de determinado acontecimento para poder validar a veracidade ou não dos factos.

Devido a este facto, apenas é possível efetuar uma investigação baseada num método quantitativo se a população observada para o caso for constituída por um número significativo de casos.

Desta forma, é habitual verificar-se, no decorrer de uma dissertação de mestrado, o uso desta metodologia recorrendo a inquéritos anónimos de escolha múltipla.

## **2.2 Metodologia Qualitativa**

“Os métodos qualitativos envolvem um investigador que descreve os tipos de características observados em pessoas e eventos sem comparar esses em termos de medições ou quantidade.” Murray (2003, p.1)

O uso deste método é efetuado quando é objetivo do investigador interpretar as informações previamente recolhidas derivadas de interações sociais e interpessoais.

Quando nos referimos a esta metodologia, estamos a orientar-nos para o recurso a questionários abertos, entrevistas, observação e interpretação de formas de expressão visual. Assim, estamos, portanto, a trabalhar num campo que não está necessariamente ligado a número e a valores, mas sim a um lado mais subjetivo como a dedução do investigador face à receptividade dos entrevistados.

## **2.3 Metodologia Mista**

Este, talvez mais completo, contempla uma combinação entre os dois métodos acima descritos.

Malhotra (2001) revela que no seu entender, uma vez que a metodologia quantitativa pretende quantificar os dados existentes e aplicar nestes uma análise estatística, esta deve, assim, ser seguida de uma investigação qualitativa, na medida em que esta, numa segunda fase, irá dar uma definição e contexto ao que foi observado na primeira etapa.

É também da opinião de Flick (2004) que o mais correto e completo numa investigação é efetuar uma investigação com base nas duas metodologias existentes em conjunto.

## **2.4 Metodologia escolhida**

No decorrer da presente dissertação, e tendo em atenção o tipo e natureza do tema escolhido para o presente projeto de dissertação, bem como o método escolhido para o estudo do caso prático em que se baseou o presente trabalho, podemos considerar que estamos perante uma metodologia qualitativa, à luz do referenciado na descrição acima mencionada.

A investigação que pretendemos efetuar no estudo do caso concreto, ao qual nos predispomos, apresenta uma natureza de cariz exploratório, ou seja, terá por base um estudo inicial de um caso desconhecido e que engloba o desenvolvimento dos conceitos inerentes, a teoria e a suposição.

Desde já, iremos fazer nascer asserções de análise a partir das questões de investigação formuladas.



## 2.5 Criação de asserções

| Asserções                                                                                                              | Questões                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>A1:</b> Normalmente deve existir segregação de funções dentro da organização.                                       | <p><b>Q3:</b> Dentro da entidade existe um procedimento de autorização centralizado na gestão de topo.</p> <p><b>Q7:</b> A entidade obriga à existência de segregação de funções nas disponibilidades (a pessoa que regista os valores do caixa é diferente da que regista contabilisticamente os valores a retirar ou a colocar em caixa).</p> <p><b>Q8:</b> A entidade tem plena consciência da importância associada à informação segura (no sentido de contemplar os acessos restritos a informações contidas no programa de contabilidade).</p>                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>A2:</b> Deverão ser aplicados, dentro da organização, controlos de processamento de informação e controlos físicos. | <p><b>Q1:</b> A entidade dispõe de um departamento ou pessoa responsável pelo controlo interno.</p> <p><b>Q2:</b> Existe um manual de procedimentos de controlo interno disponível e atualizado conforme as especificidades de cada área.</p> <p><b>Q9:</b> No que concerne à restrição de acessos a informações contidas no programa de contabilidade, a entidade aplica o impedimento de alterações de valores na contabilidade após a efetividade destes.</p> <p><b>Q10:</b> A entidade aplica procedimentos de controlo por forma a monitorizar a entrada de pessoas não autorizadas no arquivo, e armazém.</p> <p><b>Q11:</b> A entidade aplica procedimentos de controlo por forma a controlar que apenas pessoas autorizadas efetuam movimentação de disponibilidades.</p> |
| <b>A3:</b> A entidade deverá aplicar procedimentos de revisões de desempenho.                                          | <p><b>Q4:</b> São efetuadas verificações internas da entidade através de auditorias para que a entidade possa providenciar a existência de uma constante comparação entre o registo de ativos em termos de inventários e o respetivo registo contabilístico.</p> <p><b>Q5:</b> A entidade valida com a periodicidade de 1 a 3 meses se estão a ser cumpridos os procedimentos de controlo interno instaurados.</p> <p><b>Q6:</b> A entidade avalia de 3 a 6 meses se os controlos internos definidos se encontram adequados à atual realidade em que esta opera.</p> <p><b>Q12:</b> A entidade efetua revisões aos processos de controlo interno que tem implementados com periodicidade.</p>                                                                                     |

Tabela 1: Asserções

### **2.5.1 Questões envolvidas na Asserção 1**

A1: Normalmente deve existir segregação de funções dentro da organização.

**Q3:** Dentro da entidade existe um procedimento de autorização centralizado na gestão de topo.

**Q7:** A entidade obriga à existência de segregação de funções nas disponibilidades (a pessoa que regista os valores do caixa é diferente da que regista contabilisticamente os valores a retirar ou a colocar em caixa).

**Q8:** A entidade tem plena consciência da importância associada à informação segura (no sentido de contemplar os acessos restritos a informações contidas no programa de contabilidade).

No decorrer da presente dissertação, podemos verificar que consideram os mais distintos autores com relevante conhecimento das matérias abordadas neste projeto sobre cada um dos pontos estudados, nomeadamente o que acham estes sobre o ponto relevante na presente asserção, a segregação de funções.

Conforme nos foi possível estudar e compreender, dentro de qualquer entidade, a prática de uma correta, simples e bem definida segregação de funções, pode evitar várias situações de fraude ou até mesmo de erro humano.

Aliando à segregação de funções o conceito abordado neste projeto relativamente ao triângulo da fraude, no caso, o vértice da oportunidade, podemos facilmente perceber de que forma um tema está diretamente relacionado com o outro. Por exemplo, no caso de uma entidade em que a pessoa que aprova as despesas dos colaboradores ser a mesma e a única pessoa que irá aprovar as suas próprias despesas, podemos verificar que não existe segregação de funções e que por esse motivo estamos perante uma oportunidade por parte deste indivíduo para a prática da fraude, podendo este aprovar valores de despesas suas fictícias.

Por outro prisma, e admitindo a falha ou erro em vez da prática da fraude, podemos por exemplo verificar que no caso de, em determinada empresa, se a mesma pessoa tiver várias funções dentro do mesmo processo, isso poderá levar esta a confiar em demasia no seu trabalho e induzir, ainda que não de forma intencional, esta em erro, levando-a a praticar ações menos positivas e/ou corretas para o negócio.

Por exemplo, o funcionário separa 3 caixas de produtos para venda e emite uma guia de remessa ao cliente de 2 caixas desse mesmo produto, por distração. No momento da expedição, o mesmo funcionário deteta que estão a ser enviadas 3 caixas e efetua essa expedição sem confirmar devidamente a guia de remessa, admitindo que esta estaria certamente correta pois tinha sido o próprio a fazê-la. Neste caso, a entidade ficará lesada em 1 caixa de produto, contudo o funcionário não efetuou esse erro com maldade ou para benefício próprio, apenas cometeu um erro e, como não existe uma adequada segregação de funções, houve oportunidade para a falha.

Nesta medida, considera-se a segregação de funções um tema bastante relevante e cuja análise nos parece da máxima importância e interesse abordar, dando origem às questões mencionadas.

### **2.5.2 Questões envolvidas na Asserção 2**

A2: Deverão ser aplicados, dentro da organização, controlos de processamento de informação e controlos físicos.

**Q1:** A entidade dispõe de um departamento ou pessoa responsável pelo controlo interno.

**Q2:** Existe um manual de procedimentos de controlo interno disponível e atualizado conforme as especificidades de cada área.

**Q9:** No que concerne à restrição de acessos a informações contidas no programa de contabilidade, a entidade aplica o impedimento de alterações de valores na contabilidade após a efetividade destes.

**Q10:** A entidade aplica procedimentos de controlo por forma a monitorizar a entrada de pessoas não autorizadas no arquivo, e armazém.

**Q11:** A entidade aplica procedimentos de controlo por forma a controlar que apenas pessoas autorizadas efetuam movimentação de disponibilidades.

Conforme o que estudamos na presente dissertação, e tendo como referência o que os mais célebres autores da matéria escreveram, podemos considerar que para a existência de um correto e bem estruturado controlo interno, é consideravelmente importante a existência e correta aplicação do processamento de informação e controlos físicos.

Uma das ideias fundamentais relativamente a esta temática é a de que existem instaurados na entidade controlos internos e que existem procedimentos escritos num manual próprio e disponível a qualquer pessoa dentro da organização.

Outro ponto crucial a identificar é, com base nas bibliografias estudadas, o facto de que é da máxima relevância a existência de restrições a pessoas e/ou ações a determinados assuntos e/ou mecanismos. Por exemplo, é absolutamente crucial que apenas as pessoas diretamente relacionadas com o tema e com autorização explícita, tenham acesso a informações e dados de carácter sensível.

Outro exemplo será o barramento de acessos a pessoas não autorizadas. Isto é, é fundamental para a prática correta de um controlo interno, que estejam definidas as pessoas responsáveis e com autorização para entrar e sair dos armazéns e/ou arquivos.

Em suma, consideramos importante investigar a existência destes procedimentos e controlos porque evidenciamos que efetivamente estamos perante situações em que a não prática destes poderá resultar em um impacto negativa para as organizações.

### **2.5.3 Questões envolvidas na Asserção 3**

A3: A entidade deverá aplicar procedimentos de revisões de desempenho.

**Q4:** São efetuadas verificações internas da entidade através de auditorias para que a entidade possa providenciar a existência de uma constante comparação entre o registo de ativos em termos de inventários e o respetivo registo contabilístico.

**Q5:** A entidade valida com a periodicidade de 1 a 3 meses se estão a ser cumpridos os procedimentos de controlo interno instaurados.

**Q6:** A entidade avalia de 3 a 6 meses se os controlos internos definidos se encontram adequados à atual realidade em que esta opera.

**Q12:** A entidade efetua revisões aos processos de controlo interno que tem implementados com periodicidade.

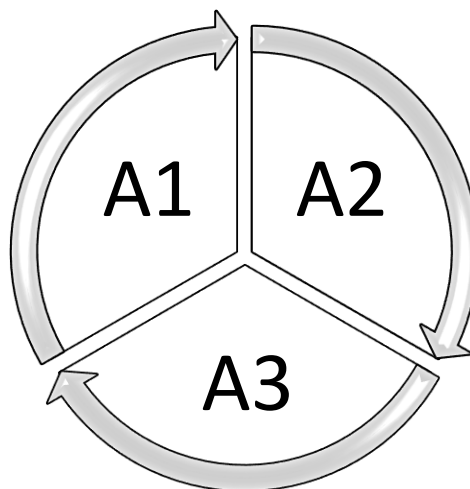
No decorrer da presente dissertação, foram abordados vários procedimentos que poderiam ou deveriam ser instaurados por um adequado departamento de controlo interno. Contudo, podemos também verificar que os autores referenciados nesta matéria

consideram que, além da implementação dos corretos procedimentos de controlo interno numa determinada entidade, é igualmente importante avaliar com a regularidade necessária, se estes procedimentos inicialmente instaurados da entidade estão ainda de acordo com a realidade atual desta.

Isto é, além da importância associada à prática e implementação de procedimentos adequados de controlo interno, torna-se igualmente importante avaliar se os procedimentos inicialmente identificados como relevantes a efetuar, se mantêm os mesmos, e efetuar as devidas correções de forma a adequar os procedimentos de controlo interno à realidade em que se insere a entidade.

Dentro desta temática consideramos importante estudar no caso concreto se esta revisão dos procedimentos já instaurados é efetuada e tida como importante no dia-a-dia das entidades.

## 2.6 Interligação das Asserções



*Figura 11: Interligação das Asserções*

Após termos efetuado as questões de investigação que nos surgiram no decorrer da revisão de literatura, é feito o consequente enquadramento em asserções que irá servir como base para a elaboração do caso prático, isto é, investigação sobre a veracidade das asserções acima mencionadas.

Por outras palavras, considerando a importância que atribuímos ao controlo interno, facilmente prevemos que as três asserções explícitas acima nos direcionam a um plano de investigação que nos levará a validar qual o nível dos procedimentos de controlo interno que as entidades seleccionadas para o estudo em causa aplicam.

Estas asserções interligam-se na medida em que para A2 (deverão ser aplicados, dentro da organização, controlos de processamento de informação e controlos físicos) se realizar corretamente é necessário que A1 (normalmente deve existir segregação de funções dentro da organização) e A3 (a entidade deverá aplicar procedimentos de revisões de desempenho) cumpram os requisitos. Isto é, para que os controlos de processamento de informação e controlos físicos sejam elaborados corretamente, é conveniente que exista uma correta segregação de funções, bem como, uma aplicação adequada de procedimentos de revisões de desempenho.

Para o estudo do caso, foi considerada uma proporcionalidade de 1/3 para cada uma das asserções. De seguida, iremos elaborar o caso prático da presente dissertação.



### **3 Introdução**

A presente dissertação foi elaborada tendo por base a importância que aprendemos a depositar naquela que deveria ser uma correta e sólida implementação do controlo interno dentro de uma organização, bem como, as possíveis consequências positivas ou negativas da correta ou incorreta aplicação deste.

Desta forma, achamos de todo o interesse avaliar como se apresentava o controlo interno no dia-a-dia de uma organização.

Após a componente teórica descrita e citada nos capítulos anteriores, iremos de seguida estudar e avaliar, numa componente prática, todos os ensinamentos estudados e citados anteriormente por autores influentes e conhecedores da matéria em análise.

Para tal, pedimos a ajuda de quatro diferentes entidades, que nos acolheram e de forma profissional, nos disponibilizaram toda a informação necessária à realização deste caso.

Estas foram escolhidas com o intuito de podermos analisar como funcionam os seus controlos internos, quais as suas preocupações a este nível, quais os procedimentos de controlo interno efetuados, qual a periodicidade com que estas efetuam testes aos seus controlos, etc.

Além dos objetivos acima, optamos por analisar quatro diferentes empresas que atuam em quatro mercados diferentes, justamente porque temos consciência de que cada caso será um caso e que por isso cada uma delas terá especificidades e moldes diferentes nas suas atividades de controlo interno, que consideramos interessante analisar.

O caso prático que iremos abordar será baseado numa entrevista, que terá por base um questionário efetuado a cada uma das entidades, e cujos resultados iremos discutir, analisar e comentar, com base nos conhecimentos anteriormente adquiridos.

Neste caso, pretendemos avaliar os controlos internos das entidades analisadas e, se possível, identificar pontos de melhoria, que disponibilizaremos, a título facultativo, a estas entidades, com a esperança de que as possa ajudar no futuro.



### **3.1 Apresentação das empresas a estudar**

#### **3.1.1 Inês Pereira Cabeleireiros**

O grupo Inês Pereira Cabeleireiros apresenta-se com a denominação social de Notório Notável, S.A. e com um capital social de 50.000€. Este opera no mercado através da prestação de serviços de beleza - cabeleireiro, estética e manicure.

O grupo supramencionado detém atualmente nove lojas, sendo 1 delas uma academia profissional de renome no distrito do Porto, tendo surgido a primeira loja em 1981.

A sede encontra-se na Rua da Firmeza, no Porto e, no total, o grupo emprega, atualmente, cerca de cento e trinta funcionários.

Além das informações acima descritas, importa referir que o órgão de gestão é composto por 3 pessoas, pertencentes à família Pereira.

Em seguida, apresentamos as lojas atualmente pertencentes ao grupo:

1. IP Firmeza (sede) - Rua da Firmeza, nº 509-511 | 4000-230 Porto
2. IP Antas - Rua Oliveira Martins, nº 155 | 4200-429 Porto
3. IP Boavista - Av. da Boavista, nº 4143 | 4100 Porto
4. IP Norteshopping - Rua Sara Afonso, nº 105 - Piso 0, Loja 150 | 4460-841 Senhora da Hora
5. IP El Corte Inglés - Av. da República, nº 1435, Piso -1 | 4430-999 V. N. de Gaia
6. IP Bom Sucesso - Mercado Bom Sucesso, Loja 104 | 4150 Porto
7. IP Maia (franchising) - Rua Dr. Augusto Martins, nº 118 | 4470-145 Maia
8. Barbearia Tinoco, by Inês Pereira Cabeleireiros - Rua de Sá da Bandeira, nº13 | 4000-433 Porto
9. Academia Profissional de Cabeleireiro - Rua de Santa Catarina, nº 1037 | 4000-045 Porto

#### **3.1.2 Talhos Casal**

O grupo “Talhos Casal” apresenta a denominação social Talhos Carreira & Alves, Lda. e um capital social de 50.000€.

Este grupo tem como objeto social o comércio a retalho de carne, com produtos à base de carne, frutas e produtos hortícolas, bebidas e outros produtos alimentares não especificados.

O grupo mencionado conta atualmente com a venda ao público em cinco lojas distintas e conta com trinta e nove colaboradores, sendo que a primeira loja foi o talho do Paniceiro, em 1986.

Importa ressaltar que o presente grupo detém um órgão de gestão composto por duas pessoas, familiares.

A seguir, enumeramos a título informativo, as lojas do grupo:

1. Talho Avenida - Av. da República nº 1284, 4410-097 Vila Nova de Gaia
2. Talho Bustes - Rua de Bustes nº 630, 4400-391 Vila Nova de Gaia
3. Talho Coimbrões - Rua Barão do Corvo nº 10, 4400-058 Vila Nova de Gaia
4. Talho Gaia - Rua Bartolomeu Perestrelo nº 32, 4400-170 Vila Nova de Gaia
5. Talho Paniceiro - Rua Nova do Paniceiro nº 82, 4400-522 Vila Nova de Gaia

### **3.1.3 Eliconfort**

A Eliconfort apresenta a denominação social Eliconfort, Lda e um capital social de 600.000€.

Esta, tem por objeto social a produção e desenvolvimento de colchões e almofadas para venda ao público e foi constituída em 1998.

A fábrica Eliconfort situa-se na Rua Dr. Inocêncio Osório L. Gondim, 178, 4431-801 Avintes – Vila Nova de Gaia e conta com a ajuda de vinte colaboradores.

### **3.1.4 Indulutex**

A Indulutex Chemicals S.A. foi criada em 1994 na sua primeira forma, sendo que foi em 2014 que alterou a sua forma jurídica para sociedade anónima.

Esta empresa apresenta um capital social de 4.150.000€ e opera no mercado fornecendo aos seus clientes os seguintes produtos de latex e colas.

A Indulutex emprega setenta e oito trabalhadores e situa-se na Zona Industrial de Avintes | Rua São Julião, Lote 12 - 4431-801 Avintes | Vila Nova de Gaia.

### 3.2 Apresentação dos resultados das entrevistas

- 1ª Afirmação: A entidade dispõe de um departamento ou pessoa responsável pelo controlo interno.

| Afirmação 1             | Nº de Entrevistados | % Entrevistados |
|-------------------------|---------------------|-----------------|
| Concordo totalmente     | 2                   | 50              |
| Discordo parcialmente   | 2                   | -               |
| % de afirmação validada |                     | 50              |

*Tabela 2: Resultados Afirmação 1*

Relativamente a esta afirmação, as empresas Indulutex e Eliconfort disseram que detinham efetivamente um departamento de controlo interno implementado por forma a conseguirem uma organização interna mais sustentável. Isto por considerarem que, dados os objetos sociais das mesmas, existe nestas uma possibilidade de fraude que poderia eventualmente surgir, caso este departamento não fosse implementado. Assim, ambas responderam que concordavam totalmente com a afirmação.

Por outro lado, as empresas Inês Pereira e os Talhos Casal, apesar de cada um dos grupos possuir mais do que uma loja a prestar serviços à sociedade, estas admitem que apesar de existir uma segregação de funções e autorizações específicas para acessos a arquivos, inventários e disponibilidades, estas não detêm um colaborador específico que efetue um papel de controlo interno.

Desta forma, considera-se esta afirmação com 50% de validação.

- 2ª Afirmação: Existe um manual de procedimentos de controlo interno disponível e atualizado conforme as especificidades de cada área.

| Afirmação 2             | Nº de Entrevistados | % Entrevistados |
|-------------------------|---------------------|-----------------|
| Concordo totalmente     | 2                   | 50              |
| Discordo parcialmente   | 1                   | -               |
| Discordo totalmente     | 1                   | -               |
| % de afirmação validada |                     | 50              |

*Tabela 3: Resultados Afirmação 2*

Nesta afirmação, apenas duas das empresas se apresentaram em concordância. Essas empresas são a Indulutex e a Eliconfort, que afirmam deter um manual físico de procedimentos de controlo interno a serem executados pelos seus colaboradores.

A Inês Pereira discorda parcialmente da afirmação pois releva partilhar com as suas rececionistas, aquando da sua contratação, um e-mail com os procedimentos a adotar relativamente às autorizações e movimentos do caixa.

Por sua vez, os Talhos Casal revelam não partilhar qualquer tipo de manual.

Desta forma, considera-se esta afirmação com 50% de validação.

- 3ª Afirmação: Dentro da entidade existe um procedimento de autorização centralizado na gestão de topo.

| Afirmação 3             | Nº de Entrevistados | % Entrevistados |
|-------------------------|---------------------|-----------------|
| Concordo totalmente     | 4                   | 100             |
| % de afirmação validada |                     | 100             |

*Tabela 4: Resultados Afirmação 3*

No que concerne à afirmação acima, todas as empresas responderam que detêm a tomada de decisão centralizada na gestão de topo. Isto é, nas quatro entidades entrevistadas, a resposta obtida é a de que todas as decisões a ser tomadas são unicamente efetuadas por parte da gestão de topo, ainda que todas admitam que, antes de o fazerem, se baseiam nas opiniões dos experientes chefes de equipa ou gerentes.

- 4ª Afirmação: São efetuadas verificações internas da entidade através de auditorias para que a entidade possa providenciar a existência de uma constante comparação entre o registo de ativos em termos de inventários e o respetivo registo contabilístico.

| Afirmação 4             | Nº de Entrevistados | % Entrevistados |
|-------------------------|---------------------|-----------------|
| Concordo totalmente     | 2                   | 50              |
| Discordo parcialmente   | 1                   | -               |
| Discordo totalmente     | 1                   | -               |
| % de afirmação validada |                     | 50              |

*Tabela 5: Resultados Afirmação 4*

Na afirmação número quatro apenas dois dos entrevistados reportaram respostas afirmativas.

A empresa Eliconfort confessou que programa anualmente duas auditorias à sua entidade e a Indulutex, um pouco mais rigorosa, menciona que no mínimo efetua duas auditorias por ano.

Por sua vez, os grupos Inês Pereira e Talhos Casal responderam negativamente a esta afirmação.

No caso dos Talhos Casal, estes acrescentaram, a título informativo, que foi desenvolvida pelo responsável uma aplicação que permite fazer o lançamento automático no programa de gestão das mercadorias e que esta, ao estar conectada ao programa que corre em todas as máquinas de registo de vendas, permite ter acesso a tempo real, do inventário que os talhos possuem. Desta forma, mostram-se discordar apenas parcialmente.

- 5ª Afirmação: A entidade valida com a periodicidade de 1 a 3 meses se estão a ser cumpridos os procedimentos de controlo interno instaurados.

| <b>Afirmação 5</b>             | <b>Nº de Entrevistados</b> | <b>% Entrevistados</b> |
|--------------------------------|----------------------------|------------------------|
| Concordo totalmente            | 2                          | 50                     |
| Discordo parcialmente          | 2                          | -                      |
| <b>% de afirmação validada</b> |                            | <b>50</b>              |

*Tabela 6: Resultados Afirmação 5*

A esta afirmação a Indulutex e a Eliconfort responderam que, uma vez que detêm um departamento de controlo interno implementado, obrigam à existência de um rigoroso controlo relativamente ao cumprimento dos procedimentos de controlo interno instaurados. Desta forma, admitem esta avaliação numa periodicidade nunca superior a três meses.

Os Talhos Casal e a Inês Pereira consideram discordar parcialmente com a afirmação.

No caso dos Talhos Casal a resposta deve-se ao facto de a gestão de topo estar diariamente nas cinco lojas e por isso considera que consegue validar se, maioritariamente, estes são cumpridos.

No caso da Inês Pereira devido ao facto de considerarem que a gestão de topo interage diretamente nas lojas diariamente e, portanto, consideram ter uma noção de como estão a ser implementados ou não os seus procedimentos.

- 6ª Afirmação: A entidade avalia de 3 a 6 meses se os controlos internos definidos nesta se encontram adequados à atual realidade em que esta opera.

| <b>Afirmação 6</b>             | <b>Nº de Entrevistados</b> | <b>% Entrevistados</b> |
|--------------------------------|----------------------------|------------------------|
| Concordo totalmente            | 2                          | 50                     |
| Discordo parcialmente          | 2                          | -                      |
| <b>% de afirmação validada</b> |                            | <b>50</b>              |

*Tabela 7: Resultados Afirmação 6*

A Indulutex confirma que existe efetivamente uma avaliação rigorosa e de periodicidade curta (um a dois meses) dos controlos internos implementados.

A Eliconfort, por sua vez, afirma não ser tão rigorosa com o prazo de três a seis meses, mas tenta sempre que possível (não excedendo os seis meses) avaliar se os seus controlos se encontram adequados.

Por parte dos Talhos Casal, acresce como informação que estes tentam avaliar se os procedimentos de controlo interno estão a ser efetuados, mas admitem que não o fazem com uma periodicidade rígida.

Por último, confirmou-se por parte da Inês Pereira que a afirmação supramencionada não é verdadeira face à realidade desta entidade.

Desta forma, recolhe-se uma afirmação com uma validação de 50%.

- 7ª Afirmação: A entidade obriga à existência de segregação de funções nas disponibilidades. Isto é, a pessoa que regista os valores do caixa é diferente da que regista contabilisticamente os valores a retirar ou a colocar em caixa.

| <b>Afirmação 7</b>             | <b>Nº de Entrevistados</b> | <b>% Entrevistados</b> |
|--------------------------------|----------------------------|------------------------|
| Concordo totalmente            | 4                          | 100                    |
| <b>% de afirmação validada</b> |                            | <b>100</b>             |

*Tabela 8: Resultados Afirmação 7*

A esta afirmação obteve-se uma resposta com uma validação de 100% de concordância. Isto é, todas as empresas concordaram que é praticada a segregação de funções no que diz respeito ao manuseamento das disponibilidades.

Dentro deste tema, todas as empresas afirmaram que a pessoa que contabiliza os movimentos é diferente daquela que os aprova.

A título informativo, a Indulutex partilhou que esta apenas efetua movimentos através de transferências bancárias, não existindo lugar a movimentações de dinheiro.

- 8ª Afirmação: A entidade tem plena consciência da importância associada à informação segura no sentido de contemplar os acessos restritos a informações contidas no programa de contabilidade.

| Afirmação 8             | Nº de Entrevistados | % Entrevistados |
|-------------------------|---------------------|-----------------|
| Concordo totalmente     | 2                   | 50              |
| Sem opinião             | 2                   | -               |
| % de afirmação validada |                     | 50              |

*Tabela 9: Resultados Afirmação 8*

A esta afirmação também se constatou uma validação de 50%, isto porque apenas duas empresas admitiram que estabelecem uma restrição às informações contidas na contabilidade.

No caso das empresas Indulutex e Eliconfort, ambas apresentam um departamento de contabilidade uniforme e separado de todas as restantes áreas, onde apenas a informação relevante à execução de tarefas é partilhada.

No caso dos Talhos Casal e da Inês Pereira, ambas as empresas depositam a responsabilidade das suas contabilidades a uma empresa subcontratada. Desta forma, e apesar de acreditarem que as empresas subcontratadas lhes devem sigilo profissional, responderam que não detinham uma opinião justamente por, na realidade, não saberem como funciona o departamento a quem pagam por esta prestação de serviços.

- 9ª Afirmação: No que concerne à restrição de acessos a informações contidas no programa de contabilidade, a entidade aplica o impedimento de alterações de valores na contabilidade após a efetividade destes.

| <b>Afirmação 9</b>             | <b>Nº de Entrevistados</b> | <b>% Entrevistados</b> |
|--------------------------------|----------------------------|------------------------|
| Concordo totalmente            | 2                          | 50                     |
| Sem opinião                    | 2                          | -                      |
| <b>% de afirmação validada</b> |                            | <b>50</b>              |

*Tabela 10: Resultados Afirmação 9*

Ainda no seguimento da afirmação anterior, e percebendo a ligação que ambas detêm, obteve-se as mesmas respostas por parte das entidades estudadas por nós, obtendo assim, novamente, uma validação positiva de 50%.

No caso da Indulatex e da Eliconfort, estas detêm o seu próprio sistema de contabilidade que impede de forma direta qualquer alteração de valores monetários ou quantidades após do lançamento do documento contabilístico.

No caso das restantes duas entidades, sendo empresas subcontratadas, admitem estas que, como o exigem, não é também possível que valores sejam modificados após a sua validação. Contudo, e mais uma vez, como na realidade não conhecem a forma de laborar destas entidades, optaram por não responder nem concordando, nem discordando.

Na realidade, e como sabemos, atualmente a tecnologia está efetivamente preparada para impedir que sejam alterados valores na contabilidade (e não só) após a efetividade destes. Contudo, como sabem que existem ainda algumas falhas neste sentido, estas duas entidades preferiram não responder com base numa realidade que não dominam a 100%.

- 10ª Afirmação: A entidade aplica procedimentos de controlo por forma a monitorizar a entrada de pessoas não autorizadas no arquivo, e armazém.

| <b>Afirmação 10</b>            | <b>Nº de Entrevistados</b> | <b>% Entrevistados</b> |
|--------------------------------|----------------------------|------------------------|
| Concordo totalmente            | 4                          | 100                    |
| <b>% de afirmação validada</b> |                            | <b>100</b>             |

*Tabela 11: Resultados Afirmação 10*



Relativamente a esta afirmação, volta a estar presente uma validação de 100%.

Isto sucede, pois, no caso da Eliconfort e da Indulutex, uma vez estarmos a falar de empresas com armazéns de dimensão relevante, estas preservam bastante a restrição de pessoas aos seus armazéns. Desta forma, apenas os colaboradores de produção e transporte de mercadorias detêm o devido acesso para aceder a cada compartimento.

O mesmo sucede no caso do arquivo físico e informático, pois estes estão apenas disponíveis mediante autorização.

No caso dos Talhos Casal o arquivo encontra-se fora das lojas, pelo que existe uma clara restrição a este, e relativamente ao armazém, que neste caso se tratam de câmaras frigoríficas, apenas os responsáveis pela sala de desmanche têm acesso a estes.

Por outro lado, no caso da entidade Inês Pereira, ao seu arquivo apenas o pessoal da administração detém a chave de acesso, e no caso do armazém, apenas o responsável por este e a gestão de topo é que possuem o devido acesso.

- 11ª Afirmação: A entidade aplica procedimentos de controlo por forma a controlar que apenas pessoas autorizadas efetuam movimentação de disponibilidades.

| <b>Afirmação 11</b>     | <b>Nº de Entrevistados</b> | <b>% Entrevistados</b> |
|-------------------------|----------------------------|------------------------|
| Concordo totalmente     | 4                          | 100                    |
| % de afirmação validada |                            | 100                    |

*Tabela 12: Resultados Afirmação 11*

No caso das entidades Indulutex e Eliconfort, estas possuem de um diretor financeiro que é o responsável pela autorização de movimentos relativos a disponibilidades. Este detém este poder que lhe é confiado pela gestão de topo sobre uma cuidada cautela, na medida em que existe uma escala de valores sobre os quais pode ou não ser preciso o aval da gestão de topo para que seja possível dar seguimento a determinada transação.

De notar, uma vez mais, que no caso da Indulutex estamos apenas a falar de movimentos ao nível das transferências bancárias.

No caso da Inês Pereira estão apenas autorizadas as rececionistas de efetuar movimentos na caixa, respondendo estas perante a gestão de topo quando existem situações sensíveis ou com falhas associadas.

O mesmo sucede no caso dos Talhos Casal, em que apenas as colaboradoras da caixa têm autorização para movimentar valores desta, com a devida e prévia autorização da gestão de topo.

- 12ª Afirmação: A entidade efetua revisões aos processos de controlo interno que tem implementados com periodicidade.

| <b>Afirmação 12</b>            | <b>Nº de Entrevistados</b> | <b>% Entrevistados</b> |
|--------------------------------|----------------------------|------------------------|
| Concordo totalmente            | 2                          | 50                     |
| Concordo parcialmente          | 1                          | 25                     |
| Discordo parcialmente          | 1                          | -                      |
| <b>% de afirmação validada</b> |                            | <b>75</b>              |

*Tabela 13: Resultados Afirmação 12*

Na última afirmação estudada recolhe-se uma validação de 75%, isto porque a Eliconfort e a Indulutex afirmam respeitar esta afirmação, tentando rever de forma contínua e melhorada os seus processos de controlo interno. Isto é, conforme vimos na afirmação número cinco, estas entidades tentam avaliar se os seus procedimentos de controlo interno estão a ser efetivamente seguidos. E, na afirmação número seis, estas confirmam que avaliam com periodicidade se os procedimentos que têm instaurados fazem sentido na atual realidade das suas entidades. Desta forma, seria de esperar esta afirmação por parte destas entidades.

Por parte dos Talhos Casal, estes indicam que consideram que ao nível da caixa e dos seus inventários, existe uma grande probabilidade de existirem oportunidades para a prática de fraude, pelo que tentam com regularidade verificar como são efetuados os procedimentos por parte dos colaboradores e se é necessário aplicar novas formas de os melhorar. Desta forma, esta entidade diz concordar de forma parcial, isto porque não tem implementada uma forma ou periodicidade temporal rígida para esta avaliação, apenas o tenta ir fazendo por forma a não perder dentro destes temas.

Por fim, obteve-se uma concordância negativa por parte da Inês Pereira, que considera isto importante, mas admite que não existe um controlo efetuado sobre se os procedimentos estão ou não a ser cumpridos.

### 3.3 Questões de investigação e asserções

| Resumo   |                                |                       |
|----------|--------------------------------|-----------------------|
| Asserção | Nº de Questões de investigação | % Valoração atribuída |
| A1       | 3                              | 33,33                 |
| A2       | 5                              | 20                    |
| A3       | 4                              | 25                    |

*Tabela 14: Resumo Valorização de Asserções*

Como foi possível visualizar anteriormente, alocaram-se em três diferentes asserções as doze questões pertinentes a investigar na presente dissertação.

Por ordem, podemos verificar que, existindo na asserção número um, três questões de investigação, cada uma delas terá a ponderação de 33,33%.

Nesse seguimento, a asserção número dois, constituída por cinco questões de investigação, estas terão naturalmente uma ponderação de 20% cada.

Por último, e atendendo à lógica acima, a asserção número três, ao conter quatro questões de investigação, fica cada uma com uma ponderação de 25%.

No alinhamento da disposição acima mencionada relativamente a cada uma das asserções, podemos relembrar, na tabela abaixo, como estão organizadas as questões de investigação que nos propomos estudar nesta dissertação, agrupadas de forma harmoniosa em três asserções.

| Afirmação de investigação | Asserção | % Valoração atribuída |
|---------------------------|----------|-----------------------|
| 1                         | A2       | 20.00                 |
| 2                         | A2       | 20.00                 |
| 3                         | A1       | 33.33                 |
| 4                         | A3       | 25.00                 |
| 5                         | A3       | 25.00                 |
| 6                         | A3       | 25.00                 |
| 7                         | A1       | 33.33                 |
| 8                         | A1       | 33.33                 |
| 9                         | A2       | 20.00                 |
| 10                        | A2       | 20.00                 |
| 11                        | A2       | 20.00                 |
| 12                        | A3       | 25.00                 |

Tabela 15: Valorização das questões de investigação

### 3.4 Análise dos resultados

| ASSERÇÕES | %Questões de Investigação/Asserção |       |       |       |       | Resultados Entrevista |      |     |      |      | VALORAÇÃO FINAL |
|-----------|------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-----------------------|------|-----|------|------|-----------------|
| A1        | 33,33                              | 33,33 | 33,33 |       |       | 100%                  | 100% | 50% |      |      | 83.325          |
|           |                                    |       |       |       |       |                       |      |     |      |      |                 |
| A2        | 20,00                              | 20,00 | 20,00 | 20,00 | 20,00 | 50%                   | 50%  | 50% | 100% | 100% | 70              |
|           |                                    |       |       |       |       |                       |      |     |      |      |                 |
| A3        | 25,00                              | 25,00 | 25,00 | 25,00 |       | 50%                   | 50%  | 50% | 75%  |      | 56.25           |
|           |                                    |       |       |       |       |                       |      |     |      |      |                 |

Tabela 16: Relação das Asserções com Questões de Investigação

Na asserção número um - “Normalmente existe segregação de funções e esta é efetuada corretamente dentro da organização.” Obteve-se uma validação de 83,325% no geral das quatro entidades entrevistadas, atendendo às questões inseridas nesta asserção. Isto é, apurou-se uma valorização de 83,325% relativamente a esta asserção.

Na asserção número dois - “Deverão ser aplicados, dentro da organização, controlos de processamento de informação e controlos físicos, e os mesmos deverão ser efetuados corretamente.” Apurou-se nas entrevistas uma validação de 70% de concordância com esta asserção, no decorrer das entrevistas às quatro entidades escolhidas.

Por último, temos a asserção número três – “A entidade deverá aplicar procedimentos de revisões de desempenho e estes deverão ser efetuados corretamente.” Onde é possível validar a asserção com uma percentagem de 56,25 face às afirmações colocadas no decorrer das nossas entrevistas a estas quatro entidades.

| MODELO DE ANALISE | %       | VALOR FINAL ASSERÇÃO | TOTAL         |
|-------------------|---------|----------------------|---------------|
| A1                | 33,333% | 83,325               | 27,77%        |
| A2                | 33,333% | 70,00                | 23,33%        |
| A3                | 33,333% | 56,25                | 17,75%        |
|                   |         |                      | <b>69,86%</b> |

*Tabela 17: Validação do Modelo de Análise*

Desta forma, conclui-se com uma validação geral de 69,86% face às afirmações estudadas.

Atendendo a que o resultado final se situa acima dos 50%, contudo, é de especial preocupação o facto da diferença existente entre as empresas Indulatex e Eliconfort versus as empresas Inês Pereira e Talhos Casal.

Claro que os negócios de todas são diferentes, bem como as suas dimensões, e este representa parte do motivo pelo qual existe uma validação tão próxima dos 50%. Contudo, consideramos que sendo os Talhos Casal e a Inês Pereira dois grupos com mais do que uma loja de venda ao público, estes deveriam preocupar-se bastante mais com o controlo interno.

Por um lado, considera-se que não seria justificável, talvez, um departamento de controlo interno, mas a existência de uma só pessoa para efetuar esses controlos, poderia ser uma reviravolta nas afirmações dadas por estas duas entidades.

Na realidade, estamos a falar de dois negócios onde os pagamentos são maioritariamente efetuados em dinheiro e onde os seus inventários são de uso regular para qualquer indivíduo no mundo, e estes representam dois fatores que podem surgir como de oportunidade para a prática de fraude.

Em termos de análise, considera-se que a Indulatex e a Eliconfort praticam um controlo interno sustentável e que depositam uma grande importância na avaliação dos procedimentos implementados, o que é bastante gratificante de validar enquanto futuros auditores.

Contudo, em oposição, reconhece-se que existe ainda um campo elevado de oportunidades de melhoria no que concerne a este tema no caso das entidades Talhos Casal e Inês Pereira.



A presente dissertação representa o fruto de dois anos de trabalho árduo para concluir este mestrado.

Trabalhar e estudar nunca foi fácil, já nos tempos da licenciatura, mas graças a Deus sempre trouxe os frutos merecidos.

Este trabalho foi elaborado com base na premissa do quão importante é, no desenvolver de uma entidade, um correto e eficiente controlo interno.

Durante o mesmo, achou-se que seria da máxima importância definir e qualificar definições como a de auditoria, materialidade, procedimentos de auditoria, riscos e tipos de risco, o que é a fraude e quais os tipos existentes e, por fim, abordar o controlo interno.

O controlo interno foi sem dúvida o foco, e foi com base nos ensinamentos que os professores passaram ao longo destes dois anos que foi possível visualizar como poderia ser interessante avaliar este na prática.

O caso prático desta dissertação baseia-se, assim, na aplicação (ou não) do controlo interno numa entidade. Para tal, persuadiu-se quatro entidades distintas através de uma entrevista informal sobre como aplicavam, avaliavam e alteravam os seus procedimentos de controlo interno.

Estas quatro entidades representaram um grande input neste trabalho na medida em que, através deste, consegue-se avaliar diferentes ambientes dado que todas elas se situam em diferentes mercados. Lembra-se que uma tem como objeto social a venda de colchões e almofadas, outra produz e vende latex e colas, a terceira fornece serviços de cabeleireiro e, por fim, a última com comércio a retalho de carne.

Assim, e devido ao facto de estar presente um leque de entidades bastante diferente umas das outras, foi permitido analisar o controlo interno e o impacto deste em quatro diferentes mercados e realidades, o que se considera bastante enriquecedor para este projeto.

O facto de ter existido a oportunidade de analisar quatro negócios tão distintos, fez com que esta análise se tornasse mais interessante na medida em que foi possível avaliar este tema em quatro diferentes empresas e, assim, recolher diferentes resultados.

O resultado das entrevistas demonstrou que a Eliconfort e a Indulatex detêm um departamento de controlo interno e que este se preocupa, de forma contínua, em avaliar os procedimentos implementados e a melhorá-los quando estes se tornam menos



incompletos, face às novas realidades. No seguimento da análise a estas entidades, retira-se também que estas acham importante proceder a mais do que uma auditoria por ano e que é através dessa máxima de sistemática análise e verificação que conseguem um controlo interno conciso e eficiente.

Por outro lado, constata-se que as entidades Inês Pereira e Talhos Casal, ao confirmarem não deter um departamento ou pessoa responsável pelo controlo interno, apresentam neste sentido várias falhas. Estas duas empresas não efetuam avaliações aos procedimentos de controlo interno instaurados, apesar de afirmarem que a gestão de topo, em ambos os casos, está diariamente em contacto com a realidade da entidade e que por isso está constantemente atenta a como são efetuados os procedimentos. Associado a isto, também não efetuam auditorias com regularidade.

Todos estes factos são importantes e carecem de preocupação.

Analisando, verifica-se alguma discrepância nos resultados das questões entre as entidades, talvez pelo facto de duas delas (Indulutex e Eliconfort) deterem um departamento de controlo interno e as outras duas (Inês Pereira e Talhos Casal) não.

Este facto, aliado ao facto de as entidades Talhos Casal e Inês Pereira não efetuarem com regularidade se estão a ser implementados os procedimentos de controlo interno ou se os existentes ainda se enquadram na realidade da entidade, leva a uma nítida diferença entre as duas últimas entidades e a Indulutex e a Eliconfort.

Em oposição, consideram-se positivos dois pontos em todas as entidades, sendo eles o facto de existir uma evidente segregação de funções no que concerne a inventários e disponibilidades, e o facto de existir a obrigatoriedade de autorização prévia para acesso a arquivos, disponibilidades e inventários.

No que concerne a limitações do estudo efetuado na presente dissertação, surge como uma limitação à execução do caso prático o facto de no início das entrevistas nos termos deparado com alguma facilitação por parte dos Talhos Casal e do grupo Inês Pereira. Isto porque, como sabemos, qualquer um de nós tenta melhorar a imagem do que é nosso, pelo que houve a necessidade de reformular as mesmas questões de formas diferentes, durante as entrevistas, por forma a confirmar que as afirmações estavam a ser claramente entendidas pelo entrevistado e que este nos estava a responder com total sinceridade.

A título de pistas para investigação futura salienta-se, na forma de conselho fruto deste trabalho, a ideia de sendo os Talhos Casal e a Inês Pereira dois grupos algo compostos no que concerne ao número de lojas, seria importante para a gestão destes, a contratação de um responsável de controlo interno.

Além disto, acrescenta-se como pista para investigação futura, seria interessante analisar as afirmações em que estas duas entidades responderam em discordância e propor a estas determinadas ações que pudessem melhorar o controlo interno nestas.

Em suma, e atendendo que obtivemos dois casos em que tivemos o exemplo de entidades com controlo interno implementado e outros dois em que não, acrescenta-se a título de investigação futura, a ideia de efetuar este mesmo estudo mas em mais de quatro entidades sem controlo interno implementado, adaptando o guião de entrevista nesse sentido e tentando dar ideias a essas empresas de forma a conseguir transmitir-lhes a importância da implementação de um cuidado controlo interno.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

- Almeida, A. (2012). Dicionário de Latim Português. 4ª Edição, Porto Editora. Porto
- Arruda, D. G., Araújo, I. P. S. (2017). Fundamentos da Auditoria 2017. Editora Saraiva, 31-32.
- Attie, W. (1992). Auditoria Interna. 1ª edição, Atlas. São Paulo.
- Attie, W. (1998). Auditoria: Conceito e Aplicações. 3ª edição, Atlas. São Paulo.
- Attie, W. (1998). Auditoria: conceitos e aplicações. 5ª edição, Atlas. São Paulo.
- Auditoria Externa por: [www.ifac.org](http://www.ifac.org)
- Auditoria Interna por:
- [https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/av\\_au\\_docs\\_basic\\_au3.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/av_au_docs_basic_au3.pdf)
- Boynton, W. C., Johnson, R. N., e Kell, W. G. (2000). Auditoria. Editora Atlas. São Paulo.
- Ciribelli, M. C. (2003). Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica. Editora 7Letras.
- Código Civil (artigo 21)
- Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- COSO (1994). *Internal Control – Integrated Framework*. Vol. 1 e 2. New Jersey
- Costa, C. B. (2010). Auditoria financeira – teoria e prática. 9ª edição, Rei dos Livros. Lisboa.
- Crepaldi, S. A. (2013). Auditoria Contábil: Conceitos e aplicações. 9ª edição, Atlas. São Paulo.
- Cressey, D. R. (1953). *Other People's Money*. Editora Free Press.
- Figueiredo, O. (2013). Os valores inseparáveis da profissão: Ética e Qualidade da Auditoria. Publicação Revista Revisores e Auditores, outubro a dezembro, p. 9.
- Flick, U. (2004). Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2ª edição, Bookman. Porto Alegre.
- Franco, H. e Marra, E. (1982). Auditoria contábil. 2ª edição, Atlas. São Paulo

Fraude por ACFE: <https://www.acfe.com/fraud-101.aspx>

Gomes E. (2014). A importância do controlo interno no planeamento de auditoria. Publicação Revista Revisores e Auditores, janeiro a março, 11-12; 21.

Gonçalves, A. (2008). A Evolução das Metodologias de Auditoria. Publicação Revista Revisores e Auditores, julho a setembro, p. 25; 30-31.

Gonçalves, A. (2015). Controlo interno e a liderança como fator diferenciador. Publicação Revista Revisores e Auditores, julho a setembro, p. 32-33.

ISA 200, 330 e 500 (2015) obtidas em:

<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Tecnico/2016/ManualNT20161.pdf>

Jund, S. (2007). Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos. 9ª edição, Consulex. Rio de Janeiro.

Malhotra, N. K. (2001). Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3ª edição, Bookman. Porto Alegre.

Marçal, N. e Marques, F (2011). Manual de auditoria e controlo interno no setor público. 1ª edição, Edições Sílabo. Lisboa.

Martins. I. e Moraes, G. (1999). Auditoria Interna – Função e processo.

Martins. I. e Moraes, G. (2013). Auditoria Interna – Função e processo.

Materialidade e Controlo Interno por:

[https://www.fasb.org/jsp/FASB/Document\\_C/DocumentPage?cid=1176171746896&acceptedDisclaimer=true](https://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1176171746896&acceptedDisclaimer=true)

Materialidade por: <https://www.ifrs.org/news-and-events/2017/09/iasb-issues-ps2-and-publishes-definition-of-material-ed/>

<https://www.ifrs.org/news-and-events/2018/10/iasb-clarifies-its-definition-of-material/>

<https://www.ifrs.org/projects/2018/definition-of-material/#about>

Murray, T. R. (2003). Blending Qualitative & Quantitative Research Methods in theses and Dissertations. Corwin Press, INC, 1.

Silva, A. S. e Inácio, H. C. (2013). Relação entre a auditoria interna e a auditoria externa e o impacto nos honorários dos auditores externos. Publicação Revista Universo Contábil, vol. 9, nº 1, janeiro a março, 135-146. Blumenau, Brasil.

Silva, E. S. (2014). A Nova Diretiva de Contabilidade, Diretiva 2013/34/EU (A Mudança Previsível). Vida Económica -Editorial, S.A, p. 43.

Tavares, N. (2012). Auditoria aos Inventários. Publicação Revista Revisores e Auditores, julho a setembro, 15-17; 19.



Nome da entidade inquirida:

Guião de entrevista

Objetivo da entrevista:

O presente guião serve de base para o estudo do caso prático que nos propomos efetuar no âmbito do projeto para obtenção do grau de mestre em auditoria.

O guião foi elaborado com o objetivo de avaliar, no caso concreto da vida real, como funciona o controlo interno da entidade em análise, os procedimentos que a entidade aplica e se efetua testes e alterações a estes (e, se sim, com que regularidade).

Em meu nome e em nome da instituição a quem irei apresentar a minha dissertação, o ISCAP, agradeço desde já a colaboração da entidade acima mencionada pela ajuda e disponibilidade.

Avalie, para cada uma das afirmações abaixo, qual a opção que considera mais adequada à realidade da empresa, utilizando para o efeito uma cruz.

Questão 1: A entidade dispõe de um departamento ou pessoa responsável pelo controlo interno.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_

Questão 2: Existe um manual de procedimentos de controlo interno disponível e atualizado conforme as especificidades de cada área.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_



Questão 3: Dentro da entidade existe um procedimento de autorização centralizado na gestão de topo.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_

Questão 4: São efetuadas verificações internas da entidade através de auditorias para que a entidade possa providenciar a existência de uma constante comparação entre o registo de ativos em termos de inventários e o respetivo registo contabilístico.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_

Questão 5: A entidade valida com a periodicidade de 1 a 3 meses se estão a ser cumpridos os procedimentos de controlo interno instaurados.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_

Questão 6: A entidade se avalia de 3 a 6 meses se os controlos internos definidos nesta se encontram adequados á atual realidade em que esta opera.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_

Questão 7: A entidade obriga à existência de segregação de funções nas disponibilidades. Isto é, a pessoa que regista os valores do caixa é diferente da que regista contabilisticamente os valores a retirar ou a colocar em caixa.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_

Questão 8: A entidade tem plena consciência da importância associada à informação segura no sentido de contemplar os acessos restritos a informações contidas no programa de contabilidade.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_

Questão 9: No que concerne à restrição de acessos a informações contidas no programa de contabilidade, a entidade aplica o impedimento de alterações de valores na contabilidade após a efetividade destes.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_

Questão 10: A entidade aplica procedimentos de controlo por forma a monitorizar a entrada de pessoas não autorizadas no arquivo, e armazém.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_

Questão 11: A entidade aplica procedimentos de controlo por forma a controlar que apenas pessoas autorizadas efetuam movimentação de disponibilidades.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_

Questão 12: A entidade efetua revisões aos processos de controlo interno que tem implementados com periodicidade.

Discordo totalmente \_\_\_\_

Discordo parcialmente \_\_\_\_

Sem opinião \_\_\_\_

Concordo parcialmente \_\_\_\_

Concordo totalmente \_\_\_\_

Data:

Assinatura do representante: